



ITAÚSA

Demonstrações
Contábeis
Completas

30 de Setembro de 2018

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DIRETORIA ITAÚSA	13
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS	23
NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS	24
NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	36
NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	36
NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	36
NOTA 6 – CLIENTES	37
NOTA 7 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS	37
NOTA 8 – ESTOQUES	38
NOTA 9 – INVESTIMENTOS	39
NOTA 10 – IMOBILIZADO	44
NOTA 11 – INTANGÍVEL	45
NOTA 12 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)	46
NOTA 13 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	48
NOTA 14 – DEBÊNTURES	49
NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	50
NOTA 16 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	51
NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53
NOTA 18 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	56
NOTA 19 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	57
NOTA 20 – DESPESAS POR NATUREZA	57
NOTA 21 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	58
NOTA 22 – RESULTADO FINANCEIRO	58
NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO	59
NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO	60
NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	61
NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS	63
NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	64
RELATÓRIO DE REVISÃO DA AUDITORIA	68
PARECER DO CONSELHO FISCAL	70
ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA	71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) relativos ao período de julho a setembro de 2018 (3T18), elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*).

Relatório do Auditor Independente

As Demonstrações Contábeis foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) e contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalva, bem como o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Contábeis foram disponibilizadas na CVM e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Adoção do CPC 47 e CPC 48

Para melhor comparabilidade, as informações de 2017 foram ajustadas com os efeitos decorrentes da adoção do CPC 47 (receita de contrato com cliente) e CPC 48 (instrumentos financeiros).

1) AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global deve consolidar um crescimento mais forte em 2018. A economia dos EUA cresceu 2,7% no acumulado em quatro trimestres até setembro de 2018, uma aceleração em relação aos 2,2% verificados no mesmo período de 2017. Na Zona do Euro, o crescimento foi de 2,2% no acumulado em quatro trimestres até junho de 2018, após 2,4% verificado em 2017. Na China, após o crescimento de 6,9% em 2017, observou-se uma desaceleração moderada no 3T18 (6,5% ao ano). Espera-se um crescimento menor da atividade econômica em 2019.

No cenário doméstico, o PIB avançou 1,0% em 2017 e 1,4% na variação acumulada de quatro trimestres até o 2T18. Esse resultado configura melhora em relação ao observado entre 2015 e 2016, anos marcados por contração da economia.

Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego medida pela PNAD Contínua encontra-se em 12,1% no trimestre terminado em agosto de 2018, ante 12,6% no mesmo período do ano anterior.

A inflação medida pelo IPCA atingiu variação de 4,5% nos últimos 12 meses findos em setembro, ante 2,5% no mesmo período do ano passado. Em termos desagregados, os preços administrados subiram 10,4% no período, enquanto os preços livres, 2,6%.

A inflação corrente bem controlada e a atividade aquém do esperado permitiram flexibilização da política monetária. Em outubro de 2016, o BACEN iniciou um ciclo de cortes de juros e, desde então, a taxa Selic foi reduzida de 14,25% para os atuais 6,50% ao ano.

2) DESTAQUES/EVENTOS ITAÚSA

ITAÚSA

Governança Corporativa

Atualização do Código de Conduta e lançamento do canal de denúncias independente

Em 29.08.2018 a Itaúsa promoveu evento interno para o relançamento do Código de Conduta, revisado e aprimorado (antigo Código de Ética), e a implementação do Canal de Denúncias gerido por terceiro especializado e sob rígidas regras de confidencialidade. Esses avanços vão ao encontro com as melhores práticas de governança corporativa e estão alinhados com a cultura, valores e princípios éticos e de transparência da Companhia.

Sustentabilidade

Itaúsa e Itaú Unibanco integram novamente o DJSI

A Itaúsa, pelo 15º ano, e o Itaú Unibanco, pelo 19º ano consecutivo, foram selecionados para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal *ranking* de sustentabilidade empresarial do mundo. Em sua edição 2018/2019, a carteira é integrada por 317 empresas de 30 países, das quais apenas 7 brasileiras – entre elas a Itaúsa e o Itaú Unibanco Holding S.A.

A Itaúsa e o Itaú Unibanco obtiveram as maiores notas do setor bancário nos seguintes quesitos:

-  Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico
-  Estratégia Fiscal
-  Reporte Ambiental
-  Cidadania Corporativa e Filantropia
-  Inclusão Financeira
-  Reporte Social

Adicionalmente, a Itaúsa e o Itaú Unibanco foram novamente selecionados para compor a carteira Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index.

EVENTOS SUBSEQUENTES:

Aumento do dividendo trimestral

O valor do dividendo trimestral aumentou 33,3%, passando a R\$ 0,02 por ação a partir do dividendo relativo ao 3º trimestre de 2018 (anteriormente era de R\$ 0,015 por ação), que será pago em 02.01.2019, com base na posição acionária final de 30.11.2018. A deliberação ocorreu na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12.11.2018.

Divulgação do Informe de Governança Corporativa

A Companhia divulgou, em 30.10.2018, seu Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, que relata seu grau de aderência às práticas por ele recomendadas. O documento segue a abordagem “pratique ou explique” e está disponível nos *websites* da Companhia, CVM e B3.

Cancelamento de Ações em tesouraria

Em 12.11.2018, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento das 3,5 milhões de ações escriturais preferenciais de emissão própria mantidas em tesouraria, mediante absorção de R\$ 32,3 milhões.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA**PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA INDIVIDUAL**

A Itaúsa tem seu resultado composto essencialmente pela equivalência patrimonial, apurada a partir do resultado de suas investidas. Abaixo estão demonstrados os resultados da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes (os itens não recorrentes encontram-se discriminados na tabela Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL	R\$ milhões					
	3T18	3T17	Var. %	9M18	9M17	Var. %
SETOR FINANCEIRO	2.299	2.255	2,0%	6.839	6.878	-0,6%
SETOR NÃO FINANCEIRO	33	85	-61,2%	168	138	21,4%
ALPARGATAS	(1)	-	n.a.	10	-	n.a.
DURATEX	23	13	76,9%	44	14	205,6%
ITAUTEC	(2)	(10)	80,0%	(3)	(17)	82,4%
NTS ^{(1) (2)}	13	82	-84,1%	117	141	-17,0%
OUTRAS EMPRESAS ⁽³⁾	2	13	-84,6%	31	22	40,9%
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL RECORRENTE + DIVIDENDOS/JCP + JUROS S/ DEBÊNTURES	2.334	2.353	-0,8%	7.038	7.038	0,0%
RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS	(18)	(28)	35,7%	(69)	(26)	-165,4%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(23)	(19)	-21,1%	(57)	(42)	-35,7%
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(2)	(45)	95,6%	(293)	(303)	3,3%
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	1	2	-50,0%	5	7	-28,6%
RESULTADO PRÓPRIO DA ITAÚSA	(42)	(90)	53,3%	(414)	(364)	-13,7%
LUCRO ANTES DO IR/CS	2.292	2.263	1,3%	6.624	6.674	-0,8%
IR / CS	44	39	12,8%	53	(77)	168,8%
LUCRO LÍQUIDO INDIVIDUAL RECORRENTE	2.336	2.302	1,5%	6.677	6.597	1,2%
RESULTADO NÃO RECORRENTE	146	27	440,7%	252	(148)	270,3%
PRÓPRIO	-	-	n.a.	(85)	-	n.a.
SETOR FINANCEIRO	3	16	-81,3%	142	(160)	188,8%
SETOR NÃO FINANCEIRO	143	11	1200,0%	195	12	1525,0%
LUCRO LÍQUIDO INDIVIDUAL	2.482	2.329	6,6%	6.929	6.449	7,4%

(1) Investimento na NTS não é avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(2) Inclui os dividendos/JCP, ajuste ao valor justo sobre as ações, os juros sobre as debêntures conversíveis em ações e as despesas sobre a parcela a prazo do valor investido na NTS. A variação do 3T18 está associada ao término do recebimento de juros das debêntures (cujo resgate ocorreu em maio/18), dos efeitos da variação cambial na dívida em moeda estrangeira e da redução do montante de dividendos/JCP recebidos.

(3) Resultados de equivalência patrimonial das empresas Elekeiroz, Itaúsa Empreendimentos e ITH Zux Cayman.

Despesas Gerais e Administrativas (DGAs)

As DGAs da Itaúsa, somadas às da estrutura administrativa dedicada à realização das atividades da Itaúsa composta por 75 pessoas, totalizaram R\$ 26 milhões no 3T18, acumulando R\$ 66 milhões em nove meses, que representam 1,0% e 0,95% do Lucro Líquido do mesmo período, respectivamente.

PRINCIPAIS INDICADORES DO RESULTADO DA ITAÚSA

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA	R\$ milhões			R\$ por ação		
	9M18	9M17	Variação	30/09/2018	30/09/2017	Variação
LUCRATIVIDADE						
Lucro Líquido	6.929	6.449	7,4%	0,83	0,79	5,6%
Lucro Líquido Recorrente	6.677	6.597	1,2%	0,80	0,81	-0,5%
BALANÇO PATRIMONIAL						
Ativo Total	55.827	54.685	2,1%	-	-	-
Patrimônio Líquido	52.691	50.559	4,2%	6,26	6,15	1,9%
ROE %						
Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	18,1%	17,8%	0,3 p.p			
Retorno Recorrente Anualizado sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,4%	18,2%	(0,8) p.p			

PRINCIPAIS INDICADORES DE MERCADO

PRINCIPAIS INDICADORES DE MERCADO DA ITAÚSA	30/09/2018	30/09/2017	Variação	
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR - em R\$ por ação	0,26	0,19	0,07	37,2%
Cotação da Ação PN - em R\$ ⁽¹⁾	10,10	10,03	0,07	0,7%
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	84.948	82.434	2.514	3,0%
<i>Dividend Yield</i>	10,2%	5,3%	4,9 p.p	

(1) Cotação de fechamento das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação de fechamento das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número total de ações emitidas menos ações em tesouraria e a cotação da ação foram ajustadas para refletir a bonificação de 10% aprovada na RCA de 24 de maio de 2018.

INDICADORES DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PORTFÓLIO ITAÚSA

Apresentamos abaixo os principais indicadores das empresas do portfólio Itaúsa extraídos das Demonstrações Contábeis Consolidadas. O Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e ROE correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

	Janeiro a Setembro 2018	R\$ milhões		
		<u>Setor Financeiro</u>	<u>Setor Não Financeiro</u>	
				
Receitas Operacionais ⁽¹⁾	2018	125.233	2.647	3.686
	2017	148.795	2.618	2.888
Lucro Líquido	2018	18.254	258	574
	2017	18.387	315	100
Ativos Totais	2018	1.524.489	3.892	9.974
	2017	1.375.551	3.640	9.033
Patrimônio Líquido	2018	129.879	2.249	5.389
	2017	128.460	2.177	4.677
ROE sobre o PL Médio (%) ⁽²⁾	2018	19,8%	15,8%	15,4%
	2017	20,6%	19,9%	2,9%
Geração Interna de Recursos ⁽³⁾	2018	42.566	319	970
	2017	49.468	358	735
Participação Itaúsa ^{(4) (5)}	2018	37,57%	27,55%	36,67%
	2017	37,41%	27,55%	36,41%

(1) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

Alpargatas e Duratex, : Vendas de Produtos e Serviços.

(2) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((set + jun + mar + dez'17)/4).

(3) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

(4) Corresponde a participação direta e indireta no Capital das companhias.

(5) As participações apresentadas consideram o total de ações emitidas menos ações em tesouraria.

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE DA CONTROLADORA	R\$ milhões					
	3T18	3T17	Variação	9M18	9M17	Variação
Lucro Líquido	2.482	2.329	6,6%	6.929	6.449	7,4%
Inclusão/(Exclusão) dos Efeitos não Recorrentes D= (A + B + C)	(146)	(27)	-440,7%	(252)	148	-270,3%
Próprio (A)	-	-	n.a.	85	-	n.a.
Alienação de Ações da Elekeiroz	-	-	n.a.	85	-	n.a.
Decorrentes de Participação Acionária no Setor Financeiro (B)	(3)	(16)	81,3%	(142)	160	-188,8%
Movimentação de Ações em Tesouraria	(3)	(36)	91,7%	(145)	132	-209,8%
Provisão para Contingências	-	27	-100,0%	(34)	54	-163,0%
Realização de Ativos e Redução ao Valor Recuperável	-	51	-100,0%	38	54	-29,6%
Alienação das Ações IRB	-	(58)	100,0%	-	(58)	100,0%
Outros	-	-	n.a.	(1)	(22)	95,5%
Decorrentes de Participação Acionária no Setor não Financeiro (C)	(143)	(11)	n.a.	(195)	(12)	n.a.
Alpargatas	(28)	-	n.a.	(29)	-	n.a.
Duratex	(115)	(11)	-945,5%	(166)	(12)	n.a.
Venda de Terras e Florestas - Suzano	(119)	-	n.a.	(170)	-	n.a.
Outros	4	(11)	136,4%	4	(12)	133,3%
Lucro Líquido Recorrente	2.336	2.302	1,5%	6.677	6.597	1,2%

4) MERCADO DE CAPITAIS

Negociadas na B3, as ações preferenciais da Itaúsa (código ITSA4) eram cotadas ao final de setembro deste ano a R\$ 10,10, representando valorização de 1,7% nos últimos 12 meses, enquanto o principal índice da B3, o Ibovespa, registrou valorização de 6,8% no mesmo período.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais nos nove primeiros meses de 2018 foi de R\$ 213 milhões, com média de 26 mil negócios diários.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia dispunha de 115,6 mil acionistas, sendo 112,7 mil acionistas pessoas físicas, os quais cresceram 68,9% em relação ao verificado no final de setembro de 2017.

A Itaúsa registrou *Dividend Yield* de 10,2%, resultado do somatório dos Dividendos e JCPs distribuídos aos acionistas nos últimos 12 meses sobre a cotação de fechamento da ação no trimestre.

Desconto Itaúsa

O cálculo do desconto é um indicador da diferença entre a cotação de mercado das ações da Itaúsa e o valor teórico obtido através do somatório dos investimentos da *holding* a valores de mercado ('soma das partes'). Em 28 de setembro de 2018, as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 24,1% em comparação a 25,1% ao final de setembro de 2017.

A capitalização de mercado ao final de setembro, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), era de R\$ 84.948 milhões, enquanto que a soma das participações nas

empresas investidas a valores de mercado atingiu R\$ 111.874 milhões.

A área de Relações com Investidores divulga mensalmente em seu *website* este informativo, o qual pode ser recebido por e-mail mediante cadastro em www.itausa.com.br.

Reunião Pública com Investidores – em parceria com Apimec/SP

Em 12.09.2018 a Itaúsa realizou a 18ª Reunião Pública com Investidores, em parceria com Apimec/SP. O evento foi realizado no Hotel Unique em São Paulo – SP, contou a participação recorde de 442 convidados no local e também foi transmitido ao vivo pela internet para 284 pessoas.

Na ocasião, o Presidente da Itaúsa e executivos das companhias investidas – Itaú Unibanco, Duratex e Alpargatas – apresentaram os resultados, estratégia e direcionamento das companhias. O vídeo e as apresentações do evento estão disponíveis no *website* da Itaúsa para consulta:

(<http://www.itausa.com.br/pt/informacoes-financeiras/reunioes-com-analistas>)

5) COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DAS INVESTIDAS



Itaú Unibanco Holding S.A.

Destaques

Parceria com Edenred (Ticket) para ampliação da atuação no mercado de benefícios ao Trabalhador (PAT)

Em setembro foi celebrada parceria com a Edenred Participações S.A., controladora da Ticket Serviços S.A. no Brasil, para atuação no mercado de benefícios aos

trabalhadores regidos principalmente pelo PAT. Esta parceria permitirá ao banco adicionar os benefícios emitidos pela Ticket aos clientes dos segmentos de atacado, médias, micro e pequenas empresas.

Pelos termos do acordo, será realizado investimento minoritário de 11% na Ticket, por meio de aumento de capital a ser integralizado com aporte de (i) caixa, equivalente ao valor patrimonial da referida participação na companhia, e (ii) direito de exclusividade conferido à Ticket de distribuição dos produtos Ticket Restaurante, Ticket Alimentação, Ticket Cultura e Ticket Transporte à base de clientes pessoas jurídicas do banco durante o prazo da parceria. A Ticket continuará a distribuir seus produtos por meio de outros acordos comerciais e permanecerá sob controle e gestão da Edenred.

A conclusão desta operação depende das aprovações do BACEN e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e não se espera que este acordo acarrete efeitos nos resultados em 2018.

Lançamento da POP Credicard no segmento de adquirência

Em julho, o Itaú Unibanco anunciou a entrada da marca Credicard no segmento de adquirência, com uma família de maquininhas para pagamentos com cartões que serão oferecidas especialmente a autônomos, microempreendedores e pequenas empresas, no modelo de venda de equipamentos, com prazo de pagamento e taxas competitivas. A escolha da marca Credicard está relacionada ao seu reposicionamento no mercado de meios de pagamento eletrônicos para acompanhar as mudanças de comportamento e tecnológicas do mundo e atender às necessidades dos clientes.

Aumento da participação no Itaú CorpBanca

Em outubro de 2018 o Itaú Unibanco adquiriu, indiretamente, 10,7 bilhões de ações do Itaú CorpBanca pelo valor de CLP 65,7 bilhões, correspondente a R\$ 362,9¹ milhões, em decorrência do exercício pelo Corp Group de uma opção de venda de ações prevista no acordo de acionistas do Itaú CorpBanca. Com isso, a participação no Itaú CorpBanca passa de aproximadamente 36,06% para aproximadamente 38,14%, sem alterações na governança do Itaú CorpBanca.

¹ Com base na cotação da liquidação financeira em 17 de outubro de 2018.

EVENTO SUBSEQUENTE:

Desdobramento de Ações em 50%

As ações ordinárias e preferenciais do Itaú Unibanco serão desdobradas em 50%, com posição acionária em 19.11.2018. Dessa forma, os acionistas receberão, em 26.11.2018, uma nova ação para cada duas ações da mesma espécie de que forem titulares. Importante ressaltar que os dividendos mensais serão mantidos em R\$ 0,015 por ação, de modo que os valores totais pagos mensalmente aos acionistas serão incrementados em 50%, a partir de 02.01.2019. O desdobramento foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27.07.2018 e homologada pelo BACEN em 31.10.2018.

Resultados²

No terceiro trimestre de 2018, o Itaú Unibanco registrou lucro líquido de R\$ 6,3 bilhões, um aumento de 7,4% em relação ao trimestre anterior. No período de janeiro a setembro de 2018 o Lucro Líquido totalizou R\$ 18,8 bilhões.

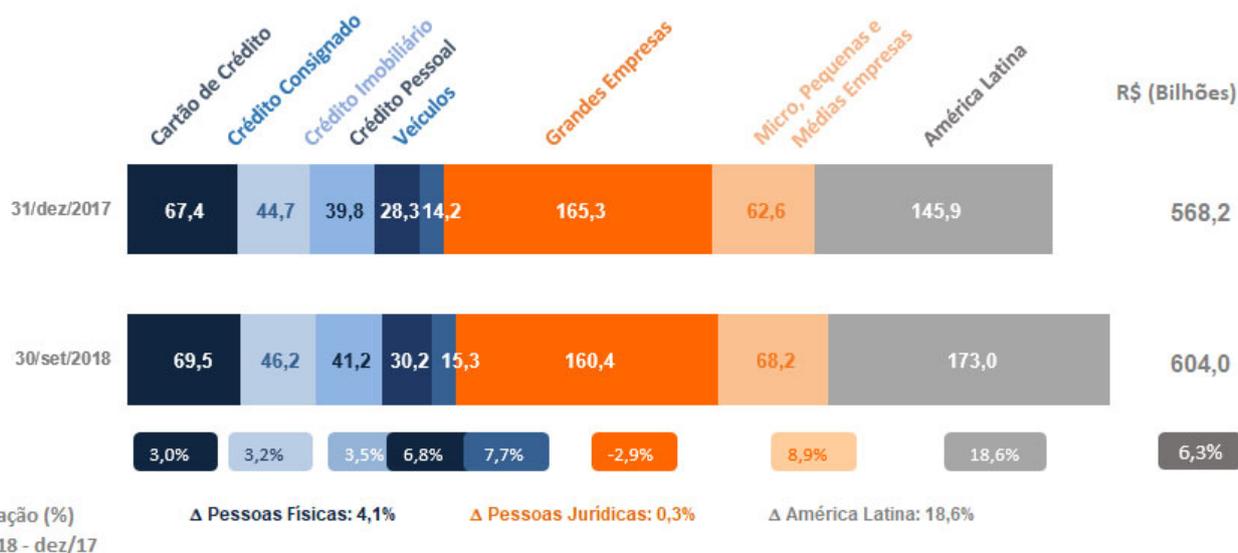
As despesas gerais e administrativas aumentaram 11% no trimestre e 8,7% entre os 9 primeiros meses de 2017 e os de 2018, com acréscimo, principalmente, em remuneração e benefícios, sendo que o índice de eficiência ajustado ao risco foi de 61,0%, uma redução de 2,7 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2017. O Itaú Unibanco está presente em 19 países, com 100,8 mil colaboradores, que trabalham pela satisfação de seus clientes. A remuneração fixa dos colaboradores somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 12,6 bilhões nos 9 primeiros meses do ano.

Destaca-se no período a evolução das receitas de prestação de serviços, que cresceram 7,4% em relação ao período de janeiro a setembro de 2017, principalmente as relacionadas a serviços de conta corrente, administração de recursos e cartões de crédito.

A carteira de crédito atingiu R\$ 604,0 bilhões ao final de setembro de 2018, representando aumento de 6,3% em relação a dezembro de 2017. De janeiro a setembro de 2018, observa-se o crescimento das carteiras relacionadas a operações com pessoas físicas e micro, pequenas e médias empresas.

Seguem abaixo detalhes da carteira de crédito e garantias financeiras prestadas ao final de setembro de 2018:

2. A partir do dia 1º de janeiro de 2018, passou a vigorar a nova norma contábil IFRS 9 sobre instrumentos financeiros. A norma apresenta modificações relevantes em classificação e mensuração, redução do valor recuperável (*impairment*) e contabilização de hedge, onde um dos pontos principais se refere à abordagem das perdas ocorridas. A partir da IFRS 9 serão tratadas como perdas esperadas ao invés de perdas incorridas.



Gestão de Capital

Visando garantir a solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do exigido pelo BACEN, conforme evidenciado pelos Índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia, que atingiram, no terceiro trimestre de 2018, 13,9%, 14,9% e 16,9%, respectivamente. Estes indicadores demonstram a capacidade de absorver perdas inesperadas.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco pretende manter o nível de 13,5% de Capital Nível I Full¹, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração (CA), composto por, no mínimo, 12% de Capital Principal. O percentual de dividendos e JCP a ser distribuído aos acionistas está diretamente relacionado ao Capital de Nível I Full estabelecido pelo CA, sendo que os fatores para definição desse montante são a lucratividade no ano, as perspectivas de utilização de capital em função do crescimento esperado nos negócios, programas de recompra de ações, fusões ou aquisições e alterações regulatórias que possam alterar a exigência de capital, bem como mudanças fiscais. Portanto, este percentual de distribuição poderá variar ano a ano em função da lucratividade e de demandas de capital da Instituição, sempre considerando o mínimo previsto no Estatuto Social.

¹ Considera os requerimentos de Basileia III, sendo que o índice de setembro de 2018 foi 14,8%.

Para mais informações sobre a gestão de capital, consultar o relatório “Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3” disponível em www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores > Relatórios > Pilar 3 e Índice de Importância Sistêmica e Global.



Destaques

Mudanças na Administração

Em 18.10.2018 o Conselho da Administração (CA) aprovou o plano estruturado apresentado pelo Sr. Marcio Utsch para sua sucessão, que terá início imediato e será finalizado no início do 1º trimestre de 2019. O Sr. Roberto Funari, atual membro do CA, foi indicado pelo Conselho para assumir a função de Diretor Presidente, com início após o período transição. O Sr. Funari possui sólida carreira internacional em empresas de marcas globais, com atuação em cargos de alta liderança. Adicionalmente, em 16.08.2018, Julian Garrido Del Val Neto foi eleito, pelo CA, como Diretor de Administração e Finanças, RI e Estratégia. Fabio Leite deixou essa posição para ocupar a função de Diretor do Negócio Havaianas no Brasil, reportando-se à Vice-Presidência Global – Negócio Sandálias.

Alienação Topper Argentina

Em 14.09.2018 a Alpargatas assinou com Carlos Roberto Wizard Martins Acordo de Compra e Venda para a alienação de 22,5% da unidade de negócios relacionada à marca Topper na Argentina e no mundo pelo preço de R\$ 100 milhões, com o pagamento de R\$ 40 milhões na data do fechamento da operação. O Acordo prevê a possível alienação da participação acionária remanescente sujeita ao exercício de opção de compra ou de opção de venda.

Resultados

A receita líquida totalizou R\$ 930,8 milhões no 3T18, 2,2% inferior ao reportado no mesmo período de 2017, principalmente impactado pela retração das vendas na operação Argentina, parcialmente compensado pelo crescimento do mercado internacional. No Brasil, as

vendas permaneceram estáveis. Nos nove primeiros meses do ano, a receita líquida atingiu R\$ 2.647,0 milhões, aumento de 1,1% favorecido pelo desempenho de sandálias na operação brasileira.

A receita líquida apurada **no Brasil**, que contempla as marcas Havaianas, Dupé, Mizuno, Meggashop e Osklen, atingiu R\$ 668,6 milhões no 3T18, em linha com o resultado apresentado no 3T17. A ligeira redução no volume expedido (-1,5%) foi compensada por aumento no preço médio de sandálias.

Em **Havaianas Internacional**, a receita líquida apurada no 3T18 foi de R\$ 146,8 milhões, 35,4% superior ao mesmo período de 2017. O mercado externo apresentou expansão de 6,8% no volume no 3T18, beneficiado pelo crescimento das vendas na região APAC (Ásia e Pacífico), em função do faturamento dos pedidos que não foram embarcados no 2T18 e EMEA (Europa e Oriente Médio) decorrente da maior reposição de estoques dos clientes e da melhor performance de distribuidores no Oriente Médio.

A operação na **Argentina** apresentou EBITDA negativo de R\$ 58,7 milhões que foi impactado por indenizações trabalhistas, ajuste de inflação e variação cambial que produziu efeitos nas demonstrações contábeis. A receita líquida no 3T18 foi de R\$ 115,3 milhões, redução de 33,0%.

O EBITDA consolidado atingiu R\$ 229,7 milhões no 3T18, aumento de 110,8% em relação ao 3T17, impactado por eventos não recorrentes relacionados ao êxito em ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS no Brasil e despesas com consultorias, além de indenizações trabalhistas na Argentina. O EBITDA consolidado recorrente, excetuados os eventos citados acima, totalizou R\$ 114,0 milhões no 3T18, 15,2% inferior, com margem de 12,3%, pressionado por despesas incorridas na operação internacional que deverá trazer retorno no futuro. Nos 9M18, o EBITDA consolidado totalizou R\$ 447,9 milhões, 4,3% superior ao mesmo período de 2017.

O lucro líquido consolidado do trimestre totalizou R\$ 119,8 milhões, 68% superior ao do 3T17. Nos 9M18, o lucro líquido consolidado (operações continuadas) alcançou R\$ 251,2 milhões, 18,2% inferior aos 9M17.

A geração operacional de caixa somou R\$ 562,6 milhões em 12 meses findos em 30 setembro de 2018. Na mesma data, o caixa líquido era de R\$ 27,9 milhões.



Destaques

Recebimento parcial da venda de terras e ativos biológicos

No terceiro trimestre de 2018, ocorreu o recebimento parcial da segunda tranche, no valor de R\$ 235,1 milhões, referente à venda de ativos biológicos para a Suzano Papel e Celulose.

Manutenção da trajetória descendente do endividamento

Por mais um trimestre, a alavancagem financeira da companhia, medida pela relação da dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, manteve trajetória descendente, passando de 2,59x no 2T18 para 2,32x no 3T18, resultado da geração de caixa em todas as divisões e alienação de ativos ociosos.

Desempenho recorde da divisão de Revestimentos Cerâmicos

Essa divisão de negócio, que opera sob a marca Ceusa, apresentou aumento de volume expedido e vendas no trimestre, favorecido pela capacidade disponível de produção do negócio e pela recuperação de volumes não expedidos, que contribuiu para diluição de despesas e melhores resultados.

Resultados

A receita líquida consolidada do 3T18 foi de R\$ 1.512,5 milhões, apresentando crescimento de 48,4% em relação ao mesmo período do ano passado, devido majoritariamente ao maior volume vendido nas três divisões de negócios, aumentos de preços no mercado local, apreciação do dólar que favoreceu exportações e do recebimento de R\$ 235,1 milhões descritos acima. No acumulado de nove meses do ano, a receita líquida consolidada foi de R\$ 3.686,0 milhões. Se desconsiderados os efeitos da venda de ativos biológicos nas duas tranches da transação com a Suzano, o crescimento de receita nos 9M18 teria sido de 17,5%.

As vendas da **Divisão Madeira** no 3T18 alcançaram R\$ 1.050,2 milhões. Se desconsiderado o efeito não recorrente da venda de ativo biológico, a receita líquida teria apresentado um crescimento de 25,2% na comparação anual. Esse avanço reforça a tendência positiva de recuperação da indústria de painéis de madeira e a captura de resultados de importantes movimentos estratégicos desenvolvidos ao longo dos últimos trimestres. Os volumes apresentaram crescimento de 25,0% em relação ao apresentado no 3T17. Essa alta foi fortemente influenciada pela demanda crescente por

painéis no mercado local, ganho de *market share* em algumas categorias e a continuidade do ritmo de crescimento do programa de exportações.

A **Deca** apresentou receita líquida de R\$ 406,9 milhões, um crescimento de 10,5% em comparação com o 3T17, fruto da expansão de volumes impulsionado pelas linhas básicas e aumento de preço. No acumulado anual, a receita líquida apresentou crescimento de 4,7%, atingindo R\$ 1.114,7 milhões reforçando a capacidade de reação da Deca em um cenário ainda adverso da construção.

Destaca-se, no 3T18, o desempenho da divisão de **Revestimentos Cerâmicos**, que opera sob a marca Ceusa. A receita líquida totalizou R\$ 55,4 milhões, com crescimento de 21,4% em relação ao 2T18, acompanhando o crescimento do volume na mesma magnitude. Esse resultado foi favorecido pela capacidade disponível de produção do negócio e pela recuperação de volumes não expedidos em trimestres anteriores.

O EBITDA consolidado alcançou R\$ 902,8 milhões, 205,6% superior ao do 3T17. O EBITDA ajustado e recorrente no 3T18 foi de R\$ 209,6 milhões, com margem EBITDA recorrente de 16,4%. As principais variações de despesas são decorrentes da consolidação da Ceusa nos resultados, além de despesas incorridas com serviços de assessoria e investimentos em tecnologia e inovação. No acumulado dos nove meses de 2018, o EBITDA recorrente foi de R\$ 611,7 milhões, um crescimento de 15,2% em relação ao ano anterior e margem EBITDA de 18%.

O lucro líquido do 3T18 foi de R\$ 376,3 milhões, representando crescimento de 352,6% frente ao 3T17, ao passo que lucro líquido recorrente foi de R\$ 61,6 milhões, um crescimento de 17,8% no mesmo período. De janeiro a setembro de 2018, o lucro líquido recorrente foi de R\$ 119,9 milhões, evidenciando um crescimento de 77,0% em relação ao ano passado. Considerando efeitos não recorrentes, o lucro líquido acumulado do ano foi de R\$ 573,8 milhões.

A Duratex registrou em 30.09.2018, dívida líquida de R\$ 1.949,2 milhões, o que representa um índice de alavancagem de 2,32x (dívida líquida sobre EBITDA ajustado e recorrente dos últimos 12 meses).



Resultados

No terceiro trimestre de 2018 a receita líquida da NTS atingiu R\$ 1.016 milhões e EBITDA R\$ 910 milhões, ambos em linha com o apresentado no mesmo período de 2017. O lucro líquido totalizou R\$ 497 milhões, 2,0% inferior ao registrado no 3T17. Nos nove meses acumulados do ano a receita líquida foi de R\$ 3,0 bilhões e o lucro líquido de R\$ 1,4 bilhão.

Dividendos e JCPs (Juros sobre Capital Próprio)

No período de julho a setembro de 2018 foram recebidos pela Itaúsa dividendos/JCP brutos o montante de R\$ 37 milhões e no acumulado de nove meses, R\$ 116 milhões.



A Itautec possui participação de 10,31% no capital da Oki Brasil Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia de Automação S.A. (Oki Brasil). Essa participação remanescente será vendida em janeiro de 2020 por meio do exercício de *put option* contra a Oki Electric Industry Co. Ltd. (controladora da Oki Brasil).

Por decisão de sua administração, a Itautec deixou de atuar nos segmentos em que originalmente participava. Em 2014, a Companhia encerrou a produção de computadores, tendo ao longo de 2015 vendido a totalidade dos produtos que possuía em estoque. A atividade de fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial e a prestação de serviços é hoje desenvolvida pela Oki Brasil. A atuação da Companhia no segmento de Tecnologia da Informação visa basicamente o cumprimento integral dos contratos anteriormente assinados.

Resultados

As despesas administrativas da Companhia totalizaram R\$ 7,2 milhões e tiveram o impacto de R\$ 3,5 milhões, nesse trimestre, referentes à constituição de provisão para remediação ambiental, da antiga unidade produtiva Tatuapé (cidade de São Paulo), para despesas com plano de ação disponibilizado à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB).

Adicionalmente, foi revertida a provisão de contingência cível, no valor de R\$ 4,9 milhões, constituída em 2013 cujo risco prescreveu.

6) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 131 mil colaboradores ao final de setembro de 2018, incluindo aproximadamente 17 mil colaboradores em unidades no exterior e 75 pessoas dedicadas à realização das atividades próprias da Itaúsa.

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a setembro de 2018, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Justificativa dos Auditores Independentes – PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, e todos foram observados na prestação de referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento e dedicação com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável dos negócios.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Henri Penchas

Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Setubal

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Conselheiros

Paulo Setubal

Rodolfo Villela Marino

Victório Carlos De Marchi

Conselheiros Suplentes

Ricardo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

Silvio José Moraes

CONSELHO FISCAL

Presidente

Tereza Cristina Grossi Togni

Conselheiros

Flavio César Maia Luz

Guilherme Tadeu Pereira Júnior

José Maria Rabelo

Paulo Ricardo Moraes Amaral

Conselheiros Suplentes respectivos

Carlos Eduardo de Mori Luporini

Felício Cintra do Prado Júnior

Pedro Soares Melo

Isaac Berensztejn

João Costa

DIRETORIA

Diretor Presidente

Alfredo Egydio Setubal (*)

Diretores Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Roberto Egydio Setubal

Rodolfo Villela Marino

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

Contadora

Sandra Oliveira Ramos Medeiros

CRC 1SP 220.957/O-9

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balanco Patrimonial Consolidado***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2.254	1.218
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	4	986	995
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	5	-	444
Clientes	6	1.303	1.091
Outros Ativos Financeiros	7a	803	1.056
Estoques	8	847	839
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	9 IIa	50.230	50.934
Imobilizado, Líquido	10	3.399	3.669
Ativos Intangíveis, Líquidos	11	656	659
Ativos Biológicos	12	1.566	1.699
Ativos Fiscais		1.706	1.603
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		390	354
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	13b	1.235	1.158
Outros		81	91
Outros Ativos Não Financeiros	7a	125	68
TOTAL DO ATIVO		63.875	64.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	30/09/2018	31/12/2017
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		305	1.377
Debêntures	14	1.228	1.208
Empréstimos e Financiamentos	15	2.992	3.548
Provisões	16	1.423	1.416
Obrigações Fiscais		566	664
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		51	28
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13b	485	496
Outras		30	140
Outros Passivos	7b	1.255	1.143
Total do Passivo		7.769	9.356
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17a	43.515	37.145
Ações em Tesouraria	17b	(32)	-
Reservas	17d	10.702	16.075
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.494)	(1.294)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		52.691	51.926
Participações de Acionistas não Controladores		3.415	2.993
Total do Patrimônio Líquido		56.106	54.919
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		63.875	64.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração Consolidada do Resultado

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/07 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2018	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	19	1.511	4.113	1.290	3.607
Custo dos Produtos e Serviços	20	(1.085)	(3.031)	(945)	(2.726)
Lucro Bruto		426	1.082	345	881
Despesa com Vendas	20	(194)	(534)	(184)	(506)
Despesas Gerais e Administrativas	20	(87)	(237)	(83)	(232)
Outros Resultados Operacionais	21	458	626	73	172
Despesas Tributárias		-	(293)	(47)	(306)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	9 IIa	2.328	7.019	2.271	6.718
Resultado Operacional		2.931	7.663	2.375	6.727
Receitas Financeiras	22	66	247	114	316
Despesas Financeiras	22	(129)	(422)	(141)	(448)
Resultado Financeiro		(63)	(175)	(27)	(132)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		2.868	7.488	2.348	6.595
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	13a	(214)	(330)	(110)	(278)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13b	67	136	144	196
Lucro Líquido		2.721	7.294	2.382	6.513
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		2.482	6.929	2.329	6.449
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		239	365	53	64
Lucro por Ação - Básico e Diluído	23				
Ordinárias		0,30	0,83	0,28	0,79
Preferenciais		0,30	0,83	0,28	0,79
Média ponderada quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída					
Ordinárias		2.889.839.643	2.860.348.123	2.823.483.724	2.825.648.563
Preferenciais		5.520.858.345	5.466.536.474	5.397.509.136	5.361.073.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2018	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
Lucro Líquido	2.721	7.294	2.382	6.513
Outros Resultados Abrangentes	77	(200)	147	235
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	74	(203)	144	254
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	68	(241)	145	252
Ajuste ao Valor Justo de Ativos Financeiros, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	68	(241)	145	252
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	6	38	(1)	2
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	6	38	(1)	2
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	3	3	3	(19)
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	3	3	3	(19)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	3	3	3	(19)
Total do Resultado Abrangente	2.798	7.094	2.529	6.748
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores	2.559	6.729	2.476	6.684
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores	239	365	53	64

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

(Em milhões de Reais)

	Nota	01/07 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2018	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro Líquido Ajustado		249	901	309	581
Lucro Líquido		2.721	7.294	2.382	6.513
Ajustes ao Lucro Líquido:		(2.472)	(6.393)	(2.073)	(5.932)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	9 IIa	(2.328)	(7.019)	(2.271)	(6.718)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(67)	(136)	(144)	(196)
Provisões para Passivos Contingentes	16b	36	199	51	173
Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas		105	281	116	370
Depreciação, Amortização e Exaustão		311	668	152	442
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	12c	(49)	(121)	(40)	(121)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6	3	12	3	11
Resultado na Venda de Investimentos		-	121	-	-
Outros		(483)	(398)	60	107
Variações nos Ativos e Passivos		6	(1.242)	394	213
Redução em Ativos Financeiros		-	39	439	211
Aumento em Contas a Receber de Clientes		(292)	(342)	(86)	(153)
(Aumento) Redução em Estoques		40	(60)	63	(6)
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais		(30)	(11)	34	370
(Aumento) Redução em Demais Ativos		268	52	(218)	(33)
Redução em Obrigações Fiscais		(5)	(73)	(29)	(265)
Aumento (Redução) em Demais Passivos		25	(847)	191	89
Outros		(226)	(469)	(72)	(221)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(201)	(319)	(4)	(16)
Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos		(25)	(150)	(68)	(205)
Caixa Líquido (Aplicado) Gerado nas Atividades Operacionais		29	(810)	631	573
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisição de Investimentos		(4)	(4)	(1.825)	(2.977)
Venda de Investimentos		-	29	-	2
Recebimento de Juros sobre Debêntures		-	15	9	21
Aquisição de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos		(111)	(321)	(94)	(304)
Venda de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos		267	420	-	53
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos		1.967	7.594	985	3.826
Recebimento de Precatório		-	-	9	9
Resgate de Debêntures		-	442	-	-
Caixa Líquido (Aplicado) Gerado nas Atividades de Investimento		2.119	8.175	(916)	630
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Integralização de Capital		-	664	-	68
Aquisição de Ações para Tesouraria	17b	(17)	(32)	-	(449)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos		(1.871)	(6.518)	(631)	(3.078)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos		-	431	223	239
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		(24)	(883)	(141)	(521)
Emissão de Debêntures		-	-	-	1.200
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		(1.912)	(6.338)	(549)	(2.541)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		236	1.027	(834)	(1.338)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	2.017	1.218	1.931	2.434
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		1	9	(1)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	2.254	2.254	1.096	1.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2018	%	01/01 a 30/09/2018	%	01/07 a 30/09/2017	%	01/01 a 30/09/2017	%
Receitas	2.258		5.716		1.689		4.657	
Vendas de Produtos e Serviços	1.839		5.080		1.619		4.531	
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(3)		(12)		(3)		(11)	
Outras Receitas	422		648		73		137	
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.031)		(3.261)		(1.081)		(3.046)	
Custos dos Produtos e Serviços	(834)		(2.602)		(869)		(2.508)	
Materiais, Energia, Serviços Terceiros e Outros	(197)		(659)		(212)		(538)	
Valor Adicionado Bruto	1.227		2.455		608		1.611	
Depreciação, Amortização e Exaustão	(311)		(668)		(152)		(442)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	916		1.787		456		1.169	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.434		7.392		2.447		7.156	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.328		7.019		2.271		6.718	
Receitas Financeiras	66		247		114		316	
Outras Receitas	40		126		62		122	
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.350		9.179		2.903		8.325	
Distribuição do Valor Adicionado	3.350	100,00%	9.179	100,00%	2.903	100,00%	8.325	100,00%
Pessoal	204	6,09%	630	6,86%	215	7,41%	619	7,44%
Remuneração Direta	163		505		172		496	
Benefícios	30		92		31		90	
F.G.T.S.	10		32		11		32	
Outros	1		1		1		1	
Impostos, Taxas e Contribuições	299	8,93%	856	9,33%	179	6,17%	767	9,21%
Federais	276		829		158		729	
Estaduais	22		18		14		24	
Municipais	1		9		7		14	
Remuneração de Capitais de Terceiros	126	3,76%	399	4,35%	127	4,37%	426	5,12%
Juros	124		396		125		423	
Aluguéis	-		1		2		3	
Outras	2		2		-		-	
Remuneração de Capital Próprio	2.721	81,22%	7.294	79,46%	2.382	82,05%	6.513	78,23%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	168		2.177		637		1.746	
Lucros Retidos do Período	2.314		4.752		1.692		4.703	
Participação dos Acionistas Não Controladores nos Lucros Retidos	239		365		53		64	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balanco Patrimonial Individual***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e Equivalentes de Caixa		904	71
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	4	986	995
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	5	-	444
Outros Ativos Financeiros		73	692
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		36	656
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências		37	36
Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	9 Ic	52.524	53.119
Imobilizado, Líquido		93	88
Ativos Fiscais		1.206	1.078
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		276	254
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		928	822
Outros Tributos a Compensar		2	2
Outros Ativos		41	7
TOTAL DO ATIVO		55.827	56.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	30/09/2018	31/12/2017
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		305	1.334
Debêntures	14	1.228	1.208
Empréstimos e Financiamentos		-	501
Provisões		1.263	1.244
Obrigações Fiscais		27	30
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		25	8
Outras		2	22
Outros Passivos		313	251
Total do Passivo		3.136	4.568
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17a	43.515	37.145
Ações em Tesouraria	17b	(32)	-
Reservas	17d	10.702	16.075
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.494)	(1.294)
Total do Patrimônio Líquido		52.691	51.926
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.827	56.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Resultado Individual

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/07 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2018	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
Outros Resultados		38	-	61	122
Despesas Gerais e Administrativas		(23)	(57)	(19)	(42)
Despesas Tributárias		(2)	(293)	(45)	(303)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	9 c	2.467	7.258	2.298	6.749
Resultado Operacional		2.480	6.908	2.295	6.526
Receitas Financeiras		8	104	40	117
Despesas Financeiras		(50)	(172)	(45)	(117)
Resultado Financeiro		(42)	(68)	(5)	-
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		2.438	6.840	2.290	6.526
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(1)	(1)	(85)	(226)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		45	90	124	149
Lucro Líquido		2.482	6.929	2.329	6.449
Lucro Por Ação - Básico e Diluído	23				
Ordinárias		0,30	0,83	0,28	0,79
Preferenciais		0,30	0,83	0,28	0,79
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída					
Ordinárias		2.889.839.643	2.860.348.123	2.823.483.724	2.825.648.563
Preferenciais		5.520.858.345	5.466.536.474	5.397.509.136	5.361.073.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente Individual

(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2018	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
Lucro Líquido	2.482	6.929	2.329	6.449
Outros Resultados Abrangentes	77	(200)	147	235
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	74	(203)	144	254
Participação em Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	68	(241)	145	252
Ajuste ao Valor Justo de Ativos Financeiros, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	68	(241)	145	252
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	6	38	(1)	2
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	6	38	(1)	2
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	3	3	3	(19)
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	3	3	3	(19)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	3	3	3	(19)
Total do Resultado Abrangente	2.559	6.729	2.476	6.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individual e Consolidado (Nota 17)

(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores							Total do Patrimônio Líquido			
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros Integralizadas	Reservas de Lucros a Integralizar	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Acionistas Controladores	Acionistas não Controladores	Total
Saldo em 01/01/2017	36.405	(204)	707	6.908	3.485	1.242	-	(1.743)	46.800	2.950	49.750
Transações com os Acionistas	740	204	1	(653)	-	(1.242)	(1.746)	-	(2.696)	(3)	(2.699)
Subscrição e Integralização de Capital	740	-	-	-	-	-	-	-	740	-	740
Ágio na Emissão de Ações	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1
Ações em Tesouraria	-	(449)	-	-	-	-	-	-	(449)	-	(449)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	653	-	(653)	-	-	-	-	-	-	-
Redução de Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício	-	-	-	-	-	-	(1.746)	-	(1.746)	-	(1.746)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	(1.242)	-	-	(1.242)	-	(1.242)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(33)	(196)	-	-	-	-	(229)	-	(229)
Integralização de Reservas	-	-	-	3.485	(3.485)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-	6.449	235	6.684	64	6.748
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	6.449	-	6.449	64	6.513
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	235	235	-	235
Destinações:											
Reserva Legal	-	-	-	322	-	-	(322)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	-	4.381	-	(4.381)	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2017	37.145	-	675	9.866	4.381	-	-	(1.508)	50.559	3.011	53.570
Mutações do Período	740	204	(32)	2.958	896	(1.242)	-	235	3.759	61	3.820
Saldo em 01/01/2018	37.145	-	719	9.667	687	5.002	-	(1.294)	51.926	2.993	54.919
Transações com os Acionistas	6.370	(32)	-	(4.999)	-	(5.002)	(2.177)	-	(5.840)	57	(5.783)
Subscrição e Integralização de Capital	1.370	-	-	-	-	-	-	-	1.370	-	1.370
Ações em Tesouraria	-	(32)	-	-	-	-	-	-	(32)	-	(32)
Aumento de Capital com Reservas	5.000	-	-	(5.000)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57	57
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Reclamados	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício	-	-	-	-	-	-	(2.177)	-	(2.177)	-	(2.177)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	(5.002)	-	-	(5.002)	-	(5.002)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(142)	18	-	-	-	-	(124)	-	(124)
Integralização de Reservas	-	-	-	687	(687)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-	6.929	(200)	6.729	365	7.094
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	6.929	-	6.929	365	7.294
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(200)	(200)	-	(200)
Destinações:											
Reserva Legal	-	-	-	346	-	-	(346)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	-	4.406	-	(4.406)	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2018	43.515	(32)	577	5.719	4.406	-	-	(1.494)	52.691	3.415	56.106
Mutações do Período	6.370	(32)	(142)	(3.948)	3.719	(5.002)	-	(200)	765	422	1.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual
(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2018	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido Ajustado	44	(10)	2	(192)
Lucro Líquido	2.482	6.929	2.329	6.449
Ajustes ao Lucro Líquido:	(2.438)	(6.939)	(2.327)	(6.641)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(2.467)	(7.258)	(2.298)	(6.749)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(45)	(90)	(124)	(149)
Provisão para Passivos Contingentes	19	178	57	166
Variações Monetárias Líquidas	55	108	38	89
Resultado na Venda de Investimento	-	121	-	-
Depreciação e Amortização	-	2	-	2
Variações nos Ativos e Passivos	(103)	(866)	455	441
Redução em Ativos Financeiros	-	38	439	211
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	(30)	(12)	34	366
(Aumento) Redução em Demais Ativos	(18)	353	104	341
Redução em Obrigações Fiscais	(28)	(20)	(47)	(251)
Redução em Demais Passivos	(27)	(1.225)	(75)	(226)
Outros	-	(44)	-	(2)
Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-	(44)	-	(2)
Caixa Líquido (Aplicado) Gerado nas Atividades Operacionais	(59)	(920)	457	247
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de Investimentos	-	-	(1.775)	(2.927)
Venda de Investimentos	-	29	-	2
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(3)	(8)	(2)	(4)
Resgate de Debêntures	-	442	-	-
Recebimento de Juros sobre Debêntures	-	16	9	21
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.968	7.618	986	3.829
Caixa Líquido (Aplicado) Gerado nas Atividades de Investimento	1.965	8.097	(782)	921
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Integralização de Capital	-	664	-	68
Operação de Mútuo	-	-	299	498
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-	(520)	-	(200)
Emissão de Debêntures	-	-	-	1.200
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	-	20	200	200
Aquisição de Ações para Tesouraria	(17)	(32)	-	(449)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(1.871)	(6.476)	(631)	(3.074)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(1.888)	(6.344)	(132)	(1.757)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	18	833	(457)	(589)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	886	71	534	666
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	904	904	77	77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Individual
(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2018	%	01/01 a 30/09/2018	%	01/07 a 30/09/2017	%	01/01 a 30/09/2017	%
Insumos Adquiridos de Terceiros	(19)		(171)		(21)		(42)	
Serviços de Terceiros	(15)		(40)		(13)		(31)	
Outros	(4)		(131)		(8)		(11)	
Valor Adicionado Bruto	(19)		(171)		(21)		(42)	
Depreciação e Amortização	-		(2)		-		(2)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(19)		(173)		(21)		(44)	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.515		7.485		2.401		6.990	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.467		7.258		2.298		6.749	
Receitas Financeiras	9		105		40		117	
Outras Receitas	39		122		63		124	
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.496		7.312		2.380		6.946	
Distribuição do Valor Adicionado	2.496	100,00%	7.312	100,00%	2.380	100,00%	6.946	100,00%
Pessoal - Remuneração Direta	4	0,16%	7	0,10%	1	0,04%	5	0,07%
Impostos, Taxas e Contribuições Federais	(41)	-1,64%	207	2,83%	10	0,42%	385	5,54%
Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros	51	2,04%	169	2,31%	40	1,68%	107	1,54%
Remuneração do Capital Próprio	2.482	99,44%	6.929	94,76%	2.329	97,86%	6.449	92,85%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	168		2.177		637		1.746	
Lucros Retidos do Período	2.314		4.752		1.692		4.703	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 30 de setembro de 2018

(Em milhões de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto participar de outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável.

Por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e outros investimentos, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças, metais sanitários, revestimentos cerâmicos e chuveiros elétricos (Duratex), calçados, artigos de vestuário e artigos esportivos (Alpargatas) e transporte de gás (Nova Transporte do Sudeste – NTS) – conforme demonstrado na Nota 25 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 63,27% das ações ordinárias e 18,90% das ações preferenciais, 34,15% do total.

O responsável pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da ITAÚSA é o Conselho Fiscal.

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 12 de novembro de 2018.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não está disponível no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de setembro de 2018

CPC 48 / IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”

O CPC 48 estabelece novos critérios para a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esse pronunciamento substituiu o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado, a partir da combinação de dois fatores: o modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e as características contratuais do fluxo de caixa dos mesmos. A ITAÚSA adotou o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2017, sendo assim, os saldos de períodos anteriores estão sendo reapresentados.

Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança o registro da variação no valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, para os passivos financeiros em que a entidade adotou a opção de valor justo. A ITAÚSA não teve qualquer impacto na adoção do CPC 48 para fins de classificação e mensuração de seus passivos financeiros.

O CPC 48 também substituiu o modelo de perdas incorridas do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, que abrange todos os ativos financeiros classificados como custo amortizado e VJORA. Para a mensuração dessa perda, é avaliada a da situação creditícia específica das contrapartes e os prováveis impactos de mudanças em fatores econômicos ou conjunturais nas perdas de crédito.

Em relação à Contabilidade Hedge, o CPC 48 não alterou os princípios gerais de como são designados e contabilizados os hedges considerados efetivos de acordo com o CPC 38. Sendo assim, não houve impacto nas demonstrações contábeis da ITAÚSA decorrentes da aplicação do CPC 48 nesse quesito.

O maior impacto decorrente da adoção do CPC 48 nas demonstrações contábeis da ITAÚSA é oriundo dos efeitos apurados pela sua entidade de controle compartilhado ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. A tabela a seguir demonstra os principais efeitos da adoção do CPC 48 nas demonstrações do ITAÚ UNIBANCO na data da aplicação inicial (01/01/2017) e no fechamento de 30/09/2017:

	30/09/2017		01/01/2017
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo inicial de acordo com o CPC 38 (IAS 39) - atribuível aos acionistas controladores	131.410	18.418	122.582
Mudança de política contábil de baixa de ativos (a)	2.455	(26)	2.462
Perda esperada - operações de crédito e de arrendamento mercantil (b)	(7.076)	306	(7.385)
Perda esperada - demais ativos financeiros (b)	(1.416)	(887)	(468)
Modificação de ativos financeiros (c)	29	(7)	36
Ajuste a valor justo de ativos financeiros (d)	(789)	686	(787)
Impostos diferidos sobre os ajustes	4.106	56	3.712
Participação de acionistas não controladores	(259)	(159)	(57)
Total de ajustes	(2.950)	(31)	(2.487)
Saldo de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - atribuível aos acionistas controladores	128.460	18.387	120.095

(a) Mudança de políticas contábeis de baixa parcial de ativos financeiros, de acordo com o CPC 23, o que ocasionou a ativação proporcional alinhando o comportamento de recuperação dos ativos financeiros a sua realização econômica.

(b) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (CPC 38) para perda esperada, considerando informações prospectivas

(c) Adequação do valor contábil bruto de ativos financeiros que tiveram seus fluxos de caixa modificados (sem baixa), os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos do CPC 48.

(d) Alteração do modelo de mensuração de ativos financeiros devido às novas categorias introduzidas pelo CPC 48.

CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes”

O CPC 47 está baseado em uma abordagem de cinco etapas, que procura identificar os contratos com clientes, suas obrigações de desempenho e o preço tanto do contrato como um todo como de cada uma das obrigações de desempenho, considerando condições de mercado ou outras metodologias alternativas, se necessário. Ao final, a entidade deve definir se a receita será reconhecida ao longo do tempo ou em um determinado momento, considerando a forma e o momento da transferência dos bens ou serviços aos clientes.

Esse pronunciamento substituiu o CPC 30 / IAS 18 – “Receitas” e o CPC 17 / IAS11- “Contratos de Construção”, bem como as interpretações relacionadas.

O efeito da aplicação do CPC 47 não foi considerado relevante nas demonstrações contábeis da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os impactos da adoção do CPC 47 e do CPC 48 na ITAÚSA:

	30/09/2017		01/01/2017
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Valores divulgados	51.662	6.461	47.729
Ajustes adoção novos CPCs (*)	(1.103)	(12)	(929)
Valores de acordo com o CPC 47 e CPC 48	50.559	6.449	46.800

(*) A contrapartida dos ajustes foi registrada na conta Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foi adotado antecipadamente:

- Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.
- CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” - A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O IFRS 16 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 06 (R2)) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil (cuja norma correlata é o CPC 06 (R1)) e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da ITAÚSA e suas controladas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a ITAÚSA e suas controladas.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs, exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4m, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 13. O montante de ativo fiscal diferido em 30/09/2018 era de R\$ 1.235 (R\$ 1.158 em 31/12/2017).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 16.

O valor contábil dessas provisões em 30/09/2018 era de R\$ 1.680 (R\$ 1.471 em 31/12/2017).

d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 56, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 10, líquido dos efeitos tributários.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos também são descritas em detalhes na Nota 12.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas (Nota 24b). Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

f) Perda (*impairment*) estimada do ágio

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente ou, se houver algum indicador, a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4 j. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 30/09/2018	Porcentagem do capital em 31/12/2017
Joint Ventures				
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,57%	37,64%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Alpargatas S.A.	Brasil	Calçados, Vestuários e Artigos Esportivos	27,55%	27,55%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	36,67%	36,68%
Elekeiroz S.A. (*)	Brasil	Produtos Químicos	-	96,60%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	98,93%	98,93%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%

(*) Em 04/06/2018 ocorreu a venda da totalidade das ações de emissão da Elekeiroz S/A, conforme nota 9c.

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 / IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 j. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações com acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional, conforme previsto no CPC 02 / IAS 21 - “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis”.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como resultado financeiro.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Outros resultados abrangentes até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo das características do fluxo de caixa dos mesmos e dos modelos de negócios utilizados pela entidade para a gestão dos ativos financeiros. As classificações utilizadas são: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde unicamente ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda somente ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios que envolva tanto a obtenção de fluxos de caixa contratuais desses instrumentos quanto a venda dos mesmos.

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo (negociação). Tais ativos são classificados no ativo circulante.

II. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e através de outros resultados abrangentes são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo, sendo que os efeitos da mudança no valor justo são reconhecidos, respectivamente, no resultado do período ou em outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros mensurados a custo amortizado são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando os títulos de dívida classificados como a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos na conta destacada do patrimônio líquido ("Ajuste de Avaliação Patrimonial"), são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro". Por outro lado, os ativos de patrimônio classificados como VJORA nunca terão seus efeitos de marcação à valor justo reconhecidos na demonstração do resultado, mesmo se forem vendidos, sendo que tais montantes deverão ser reclassificados para lucros acumulados.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria ITAÚSA e suas controladas.

III. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

IV. Impairment de ativos financeiros

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório a necessidade de reconhecimento de perdas por *impairment*, para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não são considerados, para fins dessa avaliação, os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e os instrumentos de patrimônio, mesmo que designados como valor justo através de outros resultados abrangentes.

Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros atualizada determinada de acordo com o contrato. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da ITAÚSA e suas controladas é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a ITAÚSA e suas controladas designam determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

f) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros Resultados Operacionais", na demonstração do resultado.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores líquidos de realização, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal).

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

h) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

A partir do 3º trimestre de 2018, a ITAÚSA passou a reconhecer os efeitos da hiperinflação da Argentina oriundos de suas controladas em conjunto (Itaú Unibanco Holding e Alpargatas), conforme a IAS 29 – Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 10.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

j) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada anualmente, ou a qualquer tempo, se houver indicativo de *impairment* em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

k) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

l) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 12. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidas do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos na formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria da demonstração de resultado.

m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos em Outros resultados abrangentes e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

n) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

As controladas da ITAÚSA oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

o) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 18.

p) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

q) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

r) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado do período.

s) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – "Resultado por Ação".

t) RECEITAS**Receita de Vendas de produtos e serviços**

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

u) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: setor financeiro e setor não financeiro, subdividido em Alpargatas, Duratex e NTS – Nova Transportadora do Sudeste.

As informações por segmento estão apresentadas na Nota 25.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/09/2018	31/12/2017
Disponibilidades	141	84
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	1.204	71
Certificado de Depósitos Bancários	909	992
Operações Compromissadas	-	71
Total	2.254	1.218

Destacamos que no período não ocorreram transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa ou equivalentes de caixa.

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	30/09/2018	31/12/2017
Investimento - NTS (*)	986	943
Letra Financeira do Tesouro	-	52
Total	986	995

(*) Refere-se a participação de 7,65% da ITAÚSA no capital da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, adquirida em 04 de abril de 2017.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Em 04 de abril de 2017, a ITAÚSA adquiriu debêntures conversíveis em ações emitidas pela Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, com vencimento em 10 anos, no valor total de R\$ 444, com remuneração de 100% do CDI mais juros de 4% ao ano.

Em 15/05/2018 ocorreu o resgate antecipado do valor total da debênture, no montante de R\$ 448.

Foi reconhecido no resultado do período, na rubrica Resultado Financeiro, o montante de R\$ 17 (R\$ 30 de 01/01/2017 a 30/09/2017), referente à receita de remuneração destas debêntures.

NOTA 6 – CLIENTES

Contas a receber	30/09/2018	31/12/2017
Clientes no país	1.157	1.027
Clientes no exterior	214	138
Partes Relacionadas	20	35
<i>Impairment</i>	(88)	(109)
Total	1.303	1.091

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	30/09/2018	31/12/2017
A vencer	1.147	1.025
Vencidos até 30 dias	71	45
Vencidos de 31 a 60 dias	34	16
Vencidos de 61 a 90 dias	20	8
Vencidos de 91 a 180 dias	20	8
Vencidos há mais de 180 dias	99	98
Total	1.391	1.200

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/09/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	(109)	(100)
Constituição	(12)	(13)
Baixa de títulos	4	4
Baixa Venda Ações Elekeiroz	29	-
Saldo Final	(88)	(109)

NOTA 7 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS**a) Outros Ativos**

	30/09/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Ativos Financeiros						
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	-	96	96	-	99	99
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	36	-	36	630	-	630
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	404	20	424	59	32	91
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	5	114	119	4	128	132
Créditos com Precatório	-	-	-	-	2	2
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	3	30	33	3	27	30
Fomento nas Operações Florestais	-	11	11	-	13	13
Venda de Energia Elétrica	2	-	2	4	-	4
Venda de Investimento Elekeiroz (Nota 9c)	-	29	29	-	-	-
Ativos indenizáveis (*)	-	26	26	-	-	-
Outros	-	27	27	25	30	55
Total	450	353	803	725	331	1.056
Outros Ativos Não Financeiros						
Despesas Antecipadas	14	-	14	-	-	-
Propriedade para Investimento	-	24	24	-	26	26
Ativo Mantido para Venda	-	74	74	-	20	20
Outros	-	13	13	22	-	22
Total	14	111	125	22	46	68

(*) Valores contabilizados na aquisição das controladas Ceusa e Massima, relativos a direitos de receber dos ex-proprietários em caso de a Duratex ter desembolsos futuros oriundos da referida aquisição.

b) Outros Passivos

	30/09/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecedores	404	-	404	350	-	350
Provisão de Pessoal	163	-	163	146	-	146
Contas a Pagar aos Sócios Participantes das SCPs (*)	35	94	129	44	94	138
Adiantamento de Clientes	25	2	27	19	5	24
Aquisição de Empresas	33	32	65	37	32	69
Frete e Seguros a Pagar	20	-	20	14	-	14
Comissões a Pagar	10	-	10	8	-	8
Aquisição Áreas Reflorestamento	6	-	6	5	-	5
Garantia de Produtos, Assistência Técnica e Manutenção	24	4	28	13	4	17
Arrendamento Mercantil	-	9	9	-	9	9
Passivos Provisionados com Parceiros <i>Joint Operation</i>	-	33	33	-	25	25
Obrigações a Pagar - NTS	-	304	304	-	245	245
Outras Contas a Pagar	39	18	57	51	42	93
Total	759	496	1.255	687	456	1.143

(*) SCPs - Sociedade em Conta de Participação

NOTA 8 – ESTOQUES

	30/09/2018	31/12/2017
Matéria-Prima, Auxiliares e Embalagens	264	254
Produtos Acabados	367	385
Produtos em Elaboração	119	104
Almoxarifado Geral	117	124
Adiantamento a Fornecedores	1	3
Provisão para Perdas nos Estoques	(21)	(31)
Total	847	839

O custo dos estoques reconhecido no resultado do período é incluído em "Custo dos Produtos e Serviços" e totalizou R\$ 3.031 (R\$ 2.726 de 01/01/2017 a 30/09/2017).

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

I) ITAÚSA

a) Patrimônio Líquido das Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Patrimônio Líquido	Controladas em Conjunto			Subsidiárias			
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Patrimônio Líquido em 31/12/2016							
Capital Social	97.148	12.430	648	1.962	272	262	45
Ações em Tesouraria	(1.882)	-	(64)	(28)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.792)	(1.214)	(146)	398	-	-	-
Reservas	26.836	19.069	1.538	2.238	-	48	-
Outros	1.785	-	-	-	(216)	-	(43)
Saldo Contábil em 31/12/2016	120.095	30.285	1.976	4.570	56	310	2
Movimentações de 01/01 a 30/09/2017							
Resultado Líquido	18.387	2.530	315	100	(17)	-	-
Ações em Tesouraria	(508)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(9.523)	(295)	(111)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	623	163	(3)	5	-	-	-
Outras Movimentações	(614)	(162)	-	2	-	-	-
Patrimônio Líquido em 30/09/2017							
Capital Social	97.148	13.500	648	1.962	56	262	39
Ações em Tesouraria	(2.409)	-	(64)	(28)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.169)	(1.051)	(149)	403	-	-	-
Reservas	35.179	20.072	1.742	2.340	-	48	-
Outros	1.711	-	-	-	(17)	-	(37)
Saldo Contábil em 30/09/2017	128.460	32.521	2.177	4.677	39	310	2
Patrimônio Líquido em 31/12/2017							
Capital Social	97.148	13.500	648	1.962	56	262	45
Ações em Tesouraria	(2.743)	-	(64)	(28)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.632)	(908)	(149)	417	-	-	-
Reservas	37.675	20.939	1.751	2.364	-	43	-
Outros	1.930	-	-	-	(23)	-	(43)
Saldo Contábil em 31/12/2017	131.378	33.531	2.186	4.715	33	305	2
Movimentações de 01/01 a 30/09/2018							
Resultado Líquido	18.254	429	258	574	(3)	(1)	-
Ações em Tesouraria	623	-	-	1	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(19.399)	(660)	(208)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(647)	(171)	16	105	-	-	-
Outras Movimentações ⁽¹⁾	(330)	(86)	(3)	(6)	-	-	-
Patrimônio Líquido em 30/09/2018							
Capital Social	97.148	16.000	648	1.962	56	262	49
Ações em Tesouraria	(1.963)	-	(64)	(27)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.279)	(1.079)	(133)	522	-	-	-
Reservas	36.045	18.122	1.798	2.932	-	42	-
Outros	1.928	-	-	-	(26)	-	(47)
Saldo Contábil em 30/09/2018	129.879	33.043	2.249	5.389	30	304	2

(1) Considera efeito dos ajustes de hiperinflação da Argentina.

b) Participações Societárias nas Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Abaixo apresentamos a composição do capital social das subsidiárias e das empresas controladas em conjunto, bem como as quantidades detidas pela ITAÚSA:

Participações Societárias	Controladas em Conjunto			Subsidiárias			
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Ações Ordinárias em Circulação em 30/09/2017	3.351.741.143	710.454.184	241.608.525	689.305.842	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.351.744.217	710.454.184	241.608.551	691.784.501	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(3.074)	-	(26)	(2.478.659)	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação 30/09/2017	3.152.611.081	350.942.273	221.444.849	-	-	-	-
Ações do Capital Social	3.230.563.326	350.942.273	228.841.226	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	(77.952.245)	-	(7.396.377)	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 30/09/2017	6.504.352.224	1.061.396.457	463.053.374	689.305.842	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 30/09/2017	1.296.050.600	706.169.365	-	250.968.698	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.295.937.718	355.227.092	-	250.968.698	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	112.882	350.942.273	-	-	-	-	-
Participação Societária Direta em 30/09/2017							
No Capital Social	19,93%	66,53%	0,00%	36,41%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital votante	38,66%	50,00%	0,00%	36,41%	98,93%	100,00%	100,00%
Ações Ordinárias em Circulação em 30/09/2018	3.305.526.906	710.454.184	241.608.525	689.373.842	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.305.526.906	710.454.184	241.608.551	691.784.501	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	-	-	(26)	(2.410.659)	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 30/09/2018	3.170.437.606	350.942.273	221.444.849	-	-	-	-
Ações do Capital Social	3.230.563.326	350.942.273	228.841.226	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	(60.125.720)	-	(7.396.377)	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 30/09/2018	6.475.964.512	1.061.396.457	463.053.374	689.373.842	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 30/09/2018	1.296.050.600	706.169.365	127.591.556	252.807.715	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.295.937.718	355.227.092	103.623.035	252.807.715	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	112.882	350.942.273	23.968.521	-	-	-	-
Participação Societária Direta em 30/09/2018							
No Capital Social	(1) 20,01%	66,53%	27,55%	36,67%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital votante	(2) 39,21%	50,00%	42,89%	36,67%	98,93%	100,00%	100,00%

(1) A Itaúsa detém participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 20,01% e indireta de 17,56%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 26,4% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 37,57% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. é de 39,21% e indireta de 25,86%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 51,71% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 65,06% de participação no capital votante.

c) Movimentação dos Investimentos

Investimentos	Controladas em Conjunto			Subsidiárias					Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.	
Saldo do Investimento em 31/12/2016									
Participação Societária	23.899	20.149	-	1.619	108	55	310	2	46.142
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	79	-	-	-	-	-	-	-	79
Goodwill	460	-	-	-	-	-	-	-	460
Saldo Contábil em 31/12/2016	24.426	20.149	-	1.619	108	55	310	2	46.669
Movimentações de 01/01 a 30/09/2017	1.689	1.488	1.740	77	23	(17)	(1)	-	4.999
Resultado de Participação Societária	5.035	1.683	-	26	23	(17)	(1)	-	6.749
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(3.349)	(196)	-	-	-	-	-	-	(3.545)
Aquisições de Ações	-	-	1.740	51	-	-	-	-	1.791
Venda de Ações	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Outros Resultados Abrangentes	125	108	-	2	-	-	-	-	235
Outras Movimentações	(122)	(107)	-	-	-	-	-	-	(229)
Saldo do Investimento em 30/09/2017	25.597	21.637	593	1.696	131	38	309	2	50.003
Participação Societária	25.597	21.637	593	1.696	131	38	309	2	50.003
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	70	-	548	-	-	-	-	-	618
Goodwill	460	-	599	-	-	-	-	-	1.059
Saldo Contábil em 30/09/2017	26.115	21.637	1.740	1.696	131	38	309	2	51.668
Valor de Mercado em 30/09/2017 ⁽¹⁾	105.485	-	2.006	2.387	208	171	-	-	110.257
Saldo do Investimento em 31/12/2017									
Participação Societária	26.339	22.308	602	1.723	146	32	304	2	51.456
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	68	-	548	-	-	-	-	-	616
Goodwill	460	-	599	-	-	-	-	-	1.059
Saldo Contábil em 31/12/2017	26.855	22.308	1.749	1.723	146	32	304	2	53.119
Movimentações de 01/01 a 30/09/2018	(353)	(324)	(14)	246	(146)	(3)	(1)	-	(595)
Resultado de Participação Societária	6.696	285	39	210	32	(3)	(1)	-	7.258
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(6.856)	(439)	(56)	-	-	-	-	-	(7.351)
Venda de Ações	-	-	-	-	(178)	-	-	-	(178)
Outros Resultados Abrangentes	(128)	(114)	4	38	-	-	-	-	(200)
Outras Movimentações ⁽²⁾	(65)	(56)	(1)	(2)	-	-	-	-	(124)
Saldo do Investimento em 30/09/2018	25.995	21.984	619	1.969	-	29	303	2	50.901
Participação Societária	25.995	21.984	619	1.969	-	29	303	2	50.901
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	59	-	517	-	-	-	-	-	576
Goodwill	460	-	599	-	-	-	-	-	1.059
Saldo Contábil em 30/09/2018	26.502	21.984	1.735	1.969	-	29	303	2	52.524
Valor de Mercado da Participação em 30/09/2018 ⁽¹⁾	107.383	-	1.563	2.283	-	165	-	-	111.394

(1) Divulgado apenas para as Cias abertas.

(2) Considera efeito dos ajustes de hiperinflação da Argentina.

Alienação do Controle Acionário da Elekeiroz

Em 04/06/2018 a Itaúsa concluiu a venda da totalidade das ações da Elekeiroz S.A, de sua titularidade, representadas por 14.261.761 ações ordinárias e 16.117.360 ações preferenciais, ao Kilimanjaro Brasil Partners I B – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

Em razão do fechamento da transação, a Itaúsa recebeu R\$ 29. Adicionalmente, será recebido o montante de R\$ 29 referente a ajustes de preço previstos em contrato.

d) Participação na Alpargatas S.A.

Em 12 de julho de 2017, a ITAÚSA firmou, em conjunto com a Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. (“BW”) e Cambuhy Investimentos Ltda. (“Cambuhy”), contrato de compra de 54,24% do capital da Alpargatas S.A., sendo que a ITAÚSA passou a deter, após a conclusão da operação, 27,12% do capital total da Alpargatas S.A. (27,55% considerando somente a quantidade de ações em circulação). Esse percentual é representado por 103.623.035 ações ordinárias (42,889% do total de ações ordinárias) e 23.968.521 ações preferenciais (10,474% das ações preferenciais).

A transação foi concluída em 20 de setembro de 2017, com o desembolso pela ITAÚSA de R\$ 1.740 e assinatura de Acordo de Acionistas entre a ITAÚSA, a BW e Cambuhy para gestão compartilhada da Alpargatas. Esse acordo contém, entre outras disposições, indicação majoritária e paritária de membros no Conselho de Administração da Alpargatas.

De acordo com o CPC 18 (R2) / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, a participação da ITAÚSA na Alpargatas foi reconhecida como Investimento em Controlada em Conjunto e está avaliada pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data de aquisição.

A aquisição da empresa foi contabilizada tendo por base estudos para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, em cumprimento ao – ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial” e ao CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”. Apesar da transação ter ocorrido em 2017, a apuração final da alocação do preço de compra (*purchase price allocation*) foi finalizada pela ITAÚSA somente no primeiro semestre de 2018, conforme permitido pelo CPC 15.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Alpargatas, na data de aquisição, é apresentado a seguir:

	31/08/2017
Ativos Mensurados ao Valor Justo na Aquisição	4.970
Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras	227
Contas a Receber de Clientes	508
Demais Contas a Receber	120
Estoques	598
Investimentos em Controladas	1.074
Intangíveis	1.536
Ativos Imobilizados	767
IR e CS Diferidos	58
Demais Ativos	82
Passivos Mensurados ao Valor Justo na Aquisição	(828)
Empréstimos e Financiamentos	(359)
Fornecedores	(229)
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	(37)
Impostos e Contribuições	(12)
Obrigações com Pessoal	(112)
Demais Passivos	(79)
Ativos Líquidos ao Valor Justo na Aquisição	4.142
% de participação adquirida pela Itaúsa	27,55%
Participação Adquirida pela Itaúsa (ao valor justo) (a)	1.141
Preço de Aquisição – Contraprestação Transferida (b)	1.740
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura - Goodwill (b - a)	599

O quadro a seguir demonstra as principais informações das demonstrações contábeis da Alpargatas:

Informações	30/09/2018
Total de Ativos	3.892
Total de Passivos	1.573
Total do Patrimônio Líquido	2.319
Resultado Líquido	251

II) ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

Investimentos	Controladas em Conjunto			Associadas		Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Nexoleum	Viva Decora	
Resultado de Participação Societária de 01/01 a 30/09/2017	5.035	1.683	-	-	-	6.718
Saldo Contábil do Investimento em 31/12/2017	26.855	22.308	1.749	16	6	50.934
Resultado de Participação Societária de 01/01 a 30/09/2018	6.696	285	39	-	(1)	7.019
Saldo Contábil do Investimento em 30/09/2018	26.502	21.984	1.735	-	9	50.230

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos (*)	30/09/2018	31/12/2017
Ativos	1.524.494	1.436.244
Disponibilidades	29.467	18.749
Ativos Financeiros	861.706	832.532
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	534.372	497.719
Ativos Fiscais	46.827	44.254
Demais Ativos	52.122	42.990
Passivos	1.380.811	1.294.279
Passivos Financeiros	1.125.213	1.056.683
Provisão de Seguros e Previdência Privada	194.456	181.232
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	18.971	19.736
Demais Passivos	42.171	36.628

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2017
Receita de Juros e Rendimentos	99.664	112.455
Despesa de Juros e Rendimentos	(50.797)	(62.854)
Lucro antes dos Impostos	20.230	27.365
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	(1.448)	(8.650)
Lucro Líquido	18.782	18.715
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	18.254	18.387
Outros Resultados Abrangentes	(647)	623
Resultado Abrangente	17.607	19.010

(*) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CSLL para 20%, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 30/09/2018 e 31/12/2017, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2016								
Custo	755	1.119	4.675	61	60	125	200	6.995
Depreciação Acumulada	-	(445)	(2.444)	(40)	(51)	-	(122)	(3.102)
Impairment	-	(9)	(133)	(1)	-	(8)	-	(151)
Saldo Contábil, líquido	755	665	2.098	20	9	117	78	3.742
Movimentações de 01/01 a 30/09/2017								
Aquisições	-	2	13	1	-	86	5	107
Baixas	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Depreciação	-	(18)	(146)	(2)	(1)	-	(9)	(176)
Transferências	-	6	58	-	1	(73)	8	-
Impairment	-	-	13	-	-	-	-	13
Outros	5	-	1	-	-	-	-	6
Saldo em 30/09/2017								
Custo	760	1.128	4.745	62	61	138	213	7.107
Depreciação Acumulada	-	(464)	(2.590)	(42)	(52)	-	(131)	(3.279)
Impairment	-	(9)	(119)	(1)	-	(8)	-	(137)
Saldo Contábil, líquido	760	655	2.036	19	9	130	82	3.691
Taxas Médias Anuais de Depreciação	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Saldo em 31/12/2017								
Custo	760	1.179	4.813	64	64	144	223	7.247
Depreciação Acumulada	-	(479)	(2.688)	(43)	(53)	-	(139)	(3.402)
Impairment	-	(12)	(181)	(1)	-	(8)	26	(176)
Saldo Contábil, líquido	760	688	1.944	20	11	136	110	3.669
Movimentações de 01/01 a 30/09/2018								
Aquisições	9	8	42	2	1	98	8	168
Baixas	(56)	-	(4)	-	-	-	(1)	(61)
Depreciação	-	(26)	(197)	(3)	(2)	-	(14)	(242)
Transferências (*)	(57)	5	74	-	2	(125)	-	(101)
Impairment	-	(1)	(11)	-	-	-	-	(12)
Outros	18	13	31	-	-	-	2	64
Venda Ações Elekeiroz	(10)	(4)	(37)	-	-	(11)	(24)	(86)
Saldo em 30/09/2018								
Custo	664	1.147	4.382	61	64	98	231	6.647
Depreciação Acumulada	-	(464)	(2.540)	(42)	(52)	-	(150)	(3.248)
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Contábil, líquido	664	683	1.842	19	12	98	81	3.399
Taxas Médias Anuais de Depreciação	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	

(*) Refere-se à transferência para ativo disponível para venda, conforme nota 7a

NOTA 11 – INTANGÍVEL

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2016					
Custo	98	23	259	412	792
Amortização Acumulada	(59)	(3)	-	(189)	(251)
Impairment	(1)	(3)	-	-	(4)
Saldo Contábil, líquido	38	17	259	223	537
Movimentações de 01/01 a 30/09/2017					
Aquisições	4	-	-	-	4
Amortização	(4)	-	-	(13)	(17)
Saldo em 30/09/2017					
Custo	102	17	259	412	790
Amortização Acumulada	(63)	-	-	(202)	(265)
Impairment	(1)	-	-	-	(1)
Saldo Contábil, líquido	38	17	259	210	524
Taxas Médias Anuais de Amortização	20%	-	-	6,67%	
Saldo em 31/12/2017					
Custo	108	64	359	412	943
Amortização Acumulada	(68)	-	-	(215)	(283)
Impairment	(1)	-	-	-	(1)
Saldo Contábil, líquido	39	64	359	197	659
Movimentações de 01/01 a 30/09/2018					
Aquisições	7	-	9	(19)	(3)
Aquisições	16	-	9	-	25
Amortização	(6)	-	-	(21)	(27)
Venda Ações Elekeiroz	(3)	-	-	-	(3)
Outros	-	-	-	2	2
Saldo em 30/09/2018					
Custo	113	65	368	415	961
Amortização Acumulada	(67)	(1)	-	(237)	(305)
Saldo Contábil, líquido	46	64	368	178	656
Taxas Médias Anuais de Amortização	20%	-	-	6,67%	

O Ágio por Rentabilidade Futura (Goodwill) dos investimentos consolidados é decorrente das seguintes aquisições:

	30/09/2018	31/12/2017
Aquisições		
Satipel	188	188
Thermosystem	26	26
Cerâmica Monte Carlo	22	22
Deca Nordeste	17	17
DuchaCorona	5	5
Metalúrgica Jacareí	2	2
Ceusa e Massima	99	99
Caetex Florestal	9	-
Saldo Contábil, líquido	368	359

NOTA 12 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA detém, através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda., Duratex S.A. (nova denominação da Tablemac S.A.) e Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 30 de setembro de 2018, essas empresas possuíam aproximadamente 158,3 mil hectares em áreas de efetivo plantio (179,6 mil hectares em 31 de dezembro de 2017) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 5,7% a.a. em 30 de setembro de 2018. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital da Duratex S.A., o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos Saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2018	31/12/2017
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	1.010	1.045
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	556	654
Valor Justo dos Ativos Biológicos	1.566	1.699

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	30/09/2018	31/12/2017
Saldo inicial	1.699	1.529
Varição do Valor Justo		
Preço Volume	187	215
Exaustão	(219)	(123)
Transferência para Outros Ativos (*)	(66)	-
Varição do Valor Histórico		
Formação	205	176
Exaustão	(168)	(98)
Transferência para Outros Ativos (*)	(72)	-
Saldo final	1.566	1.699

(*) Refere-se à transferência para ativo disponível para venda, conforme nota 7a.

	01/01 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2017
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	(98)	29
Varição do Valor Justo	121	121
Exaustão do Valor Justo	(219)	(92)

NOTA 13 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/07 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2018	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.868	7.488	2.348	6.595
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(975)	(2.546)	(798)	(2.242)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:				
(Inclusões) Exclusões	828	2.352	832	2.160
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	791	2.386	770	2.281
Dividendos sobre Investimentos Avaliados ao Custo	11	35	15	34
Juros Sobre o Capital Próprio	24	(80)	25	(183)
Outras	2	11	(3)	3
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(147)	(194)	34	(82)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I – O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é representado por:

	31/12/2016	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2017
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	578	(13)	20	585
Créditos de Liquidação Duvidosa	11	(1)	-	10
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	16	18
Provisões para Passivos Contingentes	323	(9)	162	476
IR sobre Lucros no Exterior	-	-	11	11
Outros	47	(4)	15	58
Total do Ativo Fiscal Diferido	961	(27)	224	1.158
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(48)	3	-	(45)
Valor Presente de Financiamento	(6)	3	(1)	(4)
Resultado do Swap	(32)	28	-	(4)
Depreciação	(13)	-	(2)	(15)
Planos de Pensão	(37)	-	(2)	(39)
Venda de Imóvel	(18)	-	(1)	(19)
Ativos Biológicos	(192)	-	(31)	(223)
Carteira de Clientes	(76)	5	-	(71)
Outras Obrigações	(74)	1	(3)	(76)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(496)	40	(40)	(496)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	465	13	184	662

	31/12/2017	Realização / Reversão	Constituição	30/09/2018
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social (*)	585	(20)	14	579
Créditos de Liquidação Duvidosa (*)	10	(1)	1	10
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	18	-	5	23
Provisões para Passivos Contingentes (*)	476	(4)	82	554
IR sobre Lucros no Exterior	11	(11)	-	-
Outros (*)	58	(16)	27	69
Total do Ativo Fiscal Diferido	1.158	(52)	129	1.235
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(45)	3	-	(42)
Valor Presente de Financiamento	(4)	4	-	-
Resultado do Swap	(4)	-	(12)	(16)
Depreciação	(15)	-	(3)	(18)
Planos de Pensão (*)	(39)	2	(1)	(38)
Venda de Imóvel	(19)	10	-	(9)
Ativos Biológicos	(223)	32	-	(191)
Carteira de Clientes	(71)	6	(3)	(68)
Outras Obrigações (*)	(76)	1	(28)	(103)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(496)	58	(47)	(485)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	662	6	82	750

(*) Nessas rubricas foram baixados os valores relativos à Elekeiroz, que totalizavam R\$ 18, em função da venda do seu controle acionário (nota 9c).

II – Abaixo demonstramos a estimativa de realização do Ativo Fiscal Diferido:

Ano	30/09/2018
2018	41
2019	374
2020	565
2021	44
2022	58
2023 em diante	153
Total	1.235

III – Em 30/09/2018, os créditos tributários não constituídos totalizam R\$ 137.

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Em 24 de maio de 2017 a ITAÚSA efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 12.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,9% do CDI, com pagamentos semestrais dos juros e amortização do valor principal em três parcelas anuais e sucessivas, em maio de 2022, 2023 e 2024.

Em 30 de setembro de 2018 o valor atualizado dessas debêntures era de R\$ 1.228 (R\$ 1.208 em 31/12/2017).

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	30/09/2018		31/12/2017	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Moeda Nacional						
BNB	9,50% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	9	19
BNDES	IPCA + 1,96% a 2,26% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	2	7
BNDES	Pré 2,50% a 7,90% a.a.	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	2	1	3	2
BNDES	Pré 2,50% a 7,90% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	1	1
BNDES	Selic + 2,16% a.a.	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	-	-	1	-
BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32% a.a.	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	55	60	42	102
BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	12	20
CCB - Safra	108,00% CDI	-	-	-	200	-
CRA	98,00% CDI	Fiança Duratex S.A.	12	694	1	692
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8% a 107,5% CDI	-	210	440	203	534
CREDITO EXPORTAÇÃO com Swap	5,60% a 9,00% a.a.	-	-	-	20	-
DESCONTO DE DUPLICATAS	1,65% a.m.	-	-	-	4	-
EXIM SELIC	Selic + 3,60% a.a.	Nota promissória	-	-	56	-
EXIM TJLP	TJLP + 3,30% a.a.	Nota promissória	-	-	117	-
FGPP - BANCO DO BRASIL com Swap	Pré 2,50% a 7,90% a.a.	-	8	384	-	-
FINAME	5,60% a 9,00% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	1	2	1	3
FINAME	5,60% a 9,00% a.a.	Alienação fiduciária e fiança	1	4	1	5
FINAME	SELIC + 4,28% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	-	1	-	1
FINAME	TJLP + 2,3% a.a./Pré 6% a.a.	Alienação fiduciária e nota promissória	15	33	11	44
FINAME	TJLP + 4,00% a 4,50% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	2	5	1	6
FINEP	3,50% a 4,00% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	6	5
FNE	7,53% a.a.	Fiança Duratex Florestal Ltda.	-	5	-	-
FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Fiança - Cia. Ligna de Investimentos	28	32	29	50
NCE - SAFRA	127,0% a 129,25% CDI	-	-	-	27	25
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Aval - Duratex S.A.	36	71	41	106
NOTA PROMISSÓRIA	104,5% CDI	-	-	531	-	505
Total Moeda Nacional			370	2.263	788	2.127
Moeda Estrangeira						
4131 - SAFRA	131,7% CDI	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	17	-
BNDES	Varição Cambial+ 2,12 a 2,16% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	3	4
CII	Libor + 3,95% a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	-	-	1	-
LEASING	DTF + 2,00%	Nota promissória	-	1	-	1
NCE - ABC	127,0% a 129,25% CDI	-	-	-	7	7
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,11% a 3,66% a.a.	Nota promissória	180	-	232	181
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,50% a.a.	Nota promissória	178	-	2	178
Total Moeda Estrangeira			358	1	262	371
Total Itaúsa Consolidado			728	2.264	1.050	2.498
<i>(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado.</i>						
Vencimento			30/09/2018		31/12/2017	
2019				163		785
2020				1.309		925
2021				82		86
2022				700		697
2023				3		2
2024				2		3
2025				2		-
2026				3		-
Total			2.264		2.498	
Reconciliação da dívida líquida			30/09/2018		31/12/2017	
Empréstimos de curto prazo				728		1.050
Empréstimos de longo prazo				2.264		2.498
Total da dívida			2.992		3.548	
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)				(2.254)		(1.218)
Dívida líquida			738		2.330	

NOTA 16 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	30/09/2018	31/12/2017
Tributário (*)	190	210
Crédito Prêmio de IPI de 1980 a 1985	120	119
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	13	13
INSS - Contribuições Previdenciárias	42	37
PIS e COFINS	3	21
Outros	12	20
Cível (*)	-	18
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	-	15
Outros	-	3
Total	190	228

(*) Em 30 de setembro de 2018, não foram considerados os valores relativos à Elekeiroz em função da venda do seu controle acionário (nota 9c).

b) Provisões:

- **Tributárias:** As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lancamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.
- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.
- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Segue abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos depósitos judiciais vinculados:

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	919	100	22	1.041
Atualização/Multa	242	10	2	254
Constituição	199	47	4	250
Reversão	(20)	(19)	(6)	(45)
Pagamentos/Conversão em Renda	(14)	(35)	(10)	(59)
Aquisição/Combinação de Negócios - Ceusa e Massima	9	6	20	35
Transferência para Outros Passivos (*)	(5)	-	-	(5)
Saldo Final	1.330	109	32	1.471
(-) Depósitos Judiciais	(33)	(22)	-	(55)
Saldo em 31/12/2017 após compensação Depósitos Judiciais	1.297	87	32	1.416

(*) Refere-se à controlada Duratex face à adesão da empresa ao programa de parcelamento.

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	1.330	109	32	1.471
Atualização/Multa	47	7	2	56
Constituição	197	29	3	229
Reversão	-	(22)	(8)	(30)
Pagamentos/Conversão em Renda	(6)	(18)	-	(24)
Baixa - Venda do Controle Acionário da Elekeiroz	(3)	(12)	(7)	(22)
Saldo Final	1.565	93	22	1.680
(-) Depósitos Judiciais	(239)	(18)	-	(257)
Saldo em 30/09/2018 após compensação Depósitos Judiciais	1.326	75	22	1.423

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – R\$ 1.468: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS pelo regime cumulativo.

c) Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 30 de setembro de 2018, esses processos totalizavam R\$ 1.098 para causas tributárias, R\$ 57 para causas trabalhistas e R\$ 58 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 565: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 286 Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 59: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 51: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 18: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 15: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior;
- IRPJ e CSLL – Glosa de Créditos – R\$ 13: Discussão relativa à dedução do imposto pago no exterior pela controlada.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

Em reunião de 24/05/2018, o Conselho de Administração homologou as seguintes deliberações:

- Elevar o capital social subscrito e integralizado de R\$ 37.145 para R\$ 38.515, mediante emissão de 175.641.026 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 66.355.919 ordinárias e 109.285.107 preferenciais, para subscrição particular ao preço de R\$ 7,80 por ação;
- Elevar o capital social subscrito e integralizado de R\$ 38.515 para R\$ 43.515, mediante capitalização de reservas de lucros. Foram emitidas 764.927.089 novas ações preferenciais escriturais, sem valor nominal, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação preferencial nova para cada 10 (dez) ações ordinárias e/ou preferenciais que possuíam na data-base;

O capital subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 43.515, dividido em 8.414.197.988 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.889.839.643 ações ordinárias e 5.524.358.345 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

O capital social poderá ser aumentado até o limite de 12.000.000.000 de ações, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e 8.000.000.000 em ações preferenciais.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos ao final do exercício de 2017 e setembro de 2018:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2016	2.828.112.054	4.575.176.570	7.403.288.624	36.405
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2017				
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(77.789.229)	-	(77.789.229)	-
Subscrição de Ações	46.341.899	74.969.579	121.311.478	740
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	2.823.483.724	4.650.146.149	7.473.629.873	37.145
Residentes no País	2.821.665.246	2.693.462.873	5.515.128.119	27.411
Residentes no Exterior	1.818.478	1.956.683.276	1.958.501.754	9.734
Ações em Tesouraria em 31/12/2017				
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Ações Adquiridas	(50.970.229)	-	(50.970.229)	-
Cancelamento de Ações	77.789.229	-	77.789.229	-
Em Circulação em 31/12/2017	2.823.483.724	4.650.146.149	7.473.629.873	37.145
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 30/09/2018				
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	5.000
Bonificação de 10% em Ações	-	764.927.089	764.927.089	-
Subscrição de Ações	66.355.919	109.285.107	175.641.026	1.370
Ações Representativas do Capital Social em 30/09/2018	2.889.839.643	5.524.358.345	8.414.197.988	43.515
Residentes no País	2.887.940.593	3.337.791.979	6.225.732.572	32.197
Residentes no Exterior	1.899.050	2.186.566.366	2.188.465.416	11.318
Ações em Tesouraria em 30/09/2018				
Ações em Tesouraria em 31/12/2017	-	(3.500.000)	(3.500.000)	-
Ações Adquiridas (*)	-	(3.500.000)	(3.500.000)	-
Em Circulação em 30/09/2018	2.889.839.643	5.520.858.345	8.410.697.988	43.515

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado, ao custo médio unitário de R\$ 9,22.

b) Ações em Tesouraria

No período de 01/01 a 30/09/2018 a ITAÚSA negociou com suas próprias ações, conforme segue:

	Quantidade		Total	Valor
	Ordinárias	Preferenciais		
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	-	(26.819.000)	(204)
Ações Adquiridas	(50.970.229)	-	(50.970.229)	(449)
Cancelamento de Ações	77.789.229	-	77.789.229	653
Ações em Tesouraria em 31/12/2017	-	-	-	-
Ações Adquiridas	-	(3.500.000)	(3.500.000)	(32)
Ações em Tesouraria em 30/09/2018	-	(3.500.000)	(3.500.000)	(32)

c) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte.

I. Cálculo

Lucro Líquido	6.929	
(-) Reserva Legal	(346)	
Base de Cálculo do Dividendo	6.583	
Dividendo Mínimo Obrigatório	1.646	25,00%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	2.165	32,89%

II. Remuneração aos Acionistas

	Data do Pagamento	Valor por Ação		Bruto	IRRF	Líquido
		Bruto	Líquido			
Pagos		0,2238	0,2224	1.883	(12)	1.871
Dividendos Trimestrais	02/07/2018	0,0150	0,0150	126	-	126
Dividendos	30/08/2018	0,1992	0,1992	1.676	-	1.676
Juros sobre o Capital Próprio	30/08/2018	0,0096	0,0082	81	(12)	69
Provisionados		0,0350	0,0350	294	-	294
Dividendos Trimestrais	01/10/2018	0,0150	0,0150	126	-	126
Dividendos Trimestrais	02/01/2019	0,0200	0,0200	168	-	168
Total em 30/09/2018		0,2588	0,2574	2.177	(12)	2.165
Total em 30/09/2017 ⁽¹⁾		0,2336	0,1866	1.746	(211)	1.535

(1) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações.

d) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

• Reservas estatutárias

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	30/09/2018	31/12/2017
Reservas de Lucros	10.125	15.356
Legal	1.620	1.374
Estatutárias	8.505	13.982
Equalização de Dividendos	3.759	4.518
Reforço do Capital de Giro	2.084	1.594
Aumento de Capital de Empresas Participadas	2.662	2.868
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais (*)	-	5.002
Reservas de Capital	577	719
Total das Reservas na Controladora	10.702	16.075

(*) Refere-se aos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio que excedem ao dividendo mínimo obrigatório.

Detalhamento das Reservas	Reservas de Capital	Reserva de Lucros		Total das Reservas
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	
Saldo em 31/12/2017	719	1.374	13.982	16.075
Constituição de Reservas	-	346	4.406	4.752
Aumento de Capital com Reservas	-	(100)	(4.900)	(5.000)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2018 - Exercício 2017	-	-	(5.002)	(5.002)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Reclamados	-	-	1	1
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	(1) (142)	-	(2) 18	(124)
Saldo em 30/09/2018	577	1.620	8.505	10.702

Considera principalmente:

(1) Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações.

(2) Efeito dos ajustes de hiperinflação da Argentina e das Reorganizações Societárias do Itaú Unibanco Holding S.A..

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

NOTA 18 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações – Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Duratex S.A. possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Duratex a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Duratex. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016	2018
Total de opções de ações outorgadas	2.787.034	2.678.887	2.517.937	1.333.914	1.875.322	1.290.994	1.561.061	1.966.869	1.002.550	1.046.595
Preço de exercício na data da outorga	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74	9,02
Valor justo na data da outorga	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00	5,19
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos	8,8 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,1 anos	3,9 anos	3,8 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016	2018
Volatilidade do preço da ação	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%	38,09%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%	4,67%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%

(1) cupom IGP-M

A Duratex efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos. Nos anos de 2015 e 2017 não houve outorga de opção de ações.

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos	
					31/12/2017	30/09/2018			Vencidas	2007 a 2015	2016	2017		2018
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	-	-	9,79	-	1	1	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	-	-	8,88	-	25	25	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.132.434	1.132.434	7,26	19	-	19	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	-	-	3,98	-	9	9	-	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	685.019	685.019	7,04	9	-	9	-	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.227.778	1.215.323	5,11	9	-	9	-	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	658.552	652.757	5,69	6	-	7	-	-	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.025.843	1.017.620	6,54	8	-	7	2	-	-	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	1.872.257	1.862.299	4,48	9	-	4	2	2	-	-
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	até 31/12/2024	5,74	990.050	914.400	4,00	6	-	-	1	1	1	2
26/04/2018	1.046.595	31/12/2021	até 31/12/2026	9,02	-	1.046.595	5,19	9	-	-	-	-	-	9
Soma	20.720.343				7.591.933	8.526.447		75	35	90	5	3	1	11
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%
Valor apurado								73	34	86 ⁽¹⁾	5 ⁽²⁾	3 ⁽³⁾	1 ⁽⁴⁾	10 ⁽⁵⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2015.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2016.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2017.

(4) Valor contabilizado contra o resultado nos nove meses de 2018.

(5) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Em 30 de setembro de 2018 a Duratex S.A. possuía 2.410.659 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

NOTA 19 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/07 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2018	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços	1.839	5.080	1.619	4.531
Mercado Interno	1.540	4.259	1.415	3.967
Mercado Externo	299	821	204	564
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(328)	(967)	(329)	(924)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	1.511	4.113	1.290	3.607

NOTA 20 – DESPESAS POR NATUREZA

	01/07 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2018	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
Varição do valor justo dos ativos biológicos	49	121	40	121
Varição nos estoques de produtos acabados	7	187	41	190
Matérias-primas e materiais de consumo	(610)	(2.017)	(661)	(1.969)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(233)	(727)	(261)	(740)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(303)	(635)	(142)	(412)
Despesas de transporte	(105)	(279)	(70)	(230)
Despesas de publicidade	(23)	(67)	(51)	(131)
Outras despesas	(148)	(385)	(108)	(293)
Total	(1.366)	(3.802)	(1.212)	(3.464)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado:

	01/07 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2018	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
Custo dos produtos e serviços	(1.085)	(3.031)	(945)	(2.726)
Despesas com vendas	(194)	(534)	(184)	(506)
Despesas gerais e administrativas	(87)	(237)	(83)	(232)
Total	(1.366)	(3.802)	(1.212)	(3.464)

NOTA 21 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/07 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2018	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
Amortização Intangível	(9)	(27)	(7)	(23)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(7)	(3)	(8)	(10)
Resultado na Venda de Imobilizado (*)	435	631	52	70
Receita de Aluguel	3	9	2	6
Crédito prêmio IPI	-	-	-	32
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio NTS	37	115	59	115
Créditos Prodep - Reintegra	11	11	-	-
Resultado na Venda de Investimento Elekeiroz (Nota 9c)	-	(121)	-	-
Outros	(12)	11	(25)	(18)
Total	458	626	73	172

(*) Resultado líquido com venda de fazendas da Duratex Florestal R\$ 621

NOTA 22 – RESULTADO FINANCEIRO

	01/07 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2018	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
Receitas Financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	20	138	67	214
Variação cambial ativa	3	43	6	19
Atualizações monetárias (receita)	37	50	10	33
Juros e descontos obtidos	5	14	30	47
Outras receitas financeiras	1	2	1	3
Total das Receitas Financeiras	66	247	114	316
Despesas Financeiras				
Encargos sobre financiamentos	(86)	(329)	(64)	(245)
Variação cambial passiva	(15)	(81)	4	(26)
Atualizações monetárias (despesa)	(21)	(52)	(20)	(65)
Operações com derivativos	8	73	(45)	(71)
Taxas bancárias	(2)	(9)	(3)	(12)
Imposto de operações financeiras	-	(2)	-	(1)
Outras	(13)	(22)	(13)	(28)
Total da Despesas Financeiras	(129)	(422)	(141)	(448)
Total do Resultado Financeiro	(63)	(175)	(27)	(132)

NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/07 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2018	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
Lucro Líquido	2.482	6.929	2.329	6.449
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(55)	(55)	(54)	(54)
Subtotal	2.427	6.874	2.275	6.395
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(29)	(29)	(28)	(28)
Subtotal	2.398	6.845	2.247	6.367
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	824	2.351	772	2.198
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.574	4.494	1.475	4.169
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	853	2.380	800	2.226
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.629	4.549	1.529	4.223
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	2.889.839.643	2.860.348.123	2.823.483.724	2.825.648.563
Ações Preferenciais	5.520.858.345	5.466.536.474	5.397.509.136	5.361.073.826
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$				
Ações Ordinárias	0,30	0,83	0,28	0,79
Ações Preferenciais	0,30	0,83	0,28	0,79

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelas controladas da ITAÚSA quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial e de Serviços contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 30 de setembro de 2018 com 8.700 participantes (8.736 em 31 de dezembro de 2017).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 7a) no total de R\$ 114 (R\$ 123 em 31 de dezembro 2017). Foi reconhecido no resultado do período a despesa de R\$ 10 (receita de R\$ 6 de 01/01/2017 a 30/09/2017).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em 30 de setembro de 2018, o saldo a receber decorrente da destinação de parte da reserva especial do Plano BD às patrocinadoras, registrado no balanço patrimonial da rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 7a), era de R\$ 5 (R\$ 9 em 31/12/2017), a ser realizado em 9 (Nove) parcelas mensais.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/09/2018	30/09/2017
Taxa de Desconto	9,75% a.a.	11,14% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	6,62 % a.a.	7,23 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,25 % a.a.	4,85 % a.a.
Inflação	4,25 % a.a.	4,85 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Que os resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais as informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Setor Financeiro e Setores não Financeiros.

A ITAÚSA tem como parte de seu objeto social a participação no capital social de outras empresas de diversos segmentos. Seus principais investimentos são: Duratex, Alpargatas e Nova Transportadora do Sudeste - NTS, que atuam no setor não financeiro, e o Itaú Unibanco Holding, que atua no setor financeiro.

As empresas nas quais a ITAÚSA investe têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

• Setor Financeiro

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 30 de setembro de 2018 podem ser acessadas no site <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/>.

• Setor não Financeiro

No setor não financeiro temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos e serviços fornecidos pelas empresas:

I) Alpargatas: suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos. A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios da Alpargatas e suas informações não são consolidadas, sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

II) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, revestimentos cerâmicos e chuveiros elétricos, negociados sob as marcas Deca, Ceusa e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

III) Nova Transportadora do Sudeste - NTS: transporta, através de gasodutos, gás para distribuidoras e usinas térmicas de SP, RJ e MG, região responsável pela geração de grande parte do PIB do país. A ITAÚSA investe na NTS juntamente com outros sócios e esse investimento está contabilizado como um Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado, de acordo com o CPC 48.

Apresentamos a seguir os principais indicadores das empresas do portfólio ITAÚSA, extraídos das respectivas Demonstrações Contábeis Consolidadas. O Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e ROE correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

	Janeiro a Setembro	Setor Financeiro	Setor Não Financeiro	
				
Ativos Totais	2018	1.524.489	3.892	9.974
	2017	1.375.551	3.640	9.033
Receitas Operacionais ⁽¹⁾	2018	125.233	2.647	3.686
	2017	148.795	2.618	2.888
Lucro Líquido	2018	18.254	258	574
	2017	18.387	315	100
Patrimônio Líquido (PL)	2018	129.879	2.249	5.389
	2017	128.460	2.177	4.677
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽²⁾	2018	19,8%	15,8%	15,4%
	2017	20,6%	19,9%	2,9%
Geração Interna de Recursos ⁽³⁾	2018	42.566	319	970
	2017	49.468	358	735

(1) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Alpargatas e Duratex: Vendas de Produtos.

(2) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio (dez'17 + mar + jun + set) / 4.

(3) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	30/09/2018	31/12/2017	01/01 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2017
Aplicações Financeiras	19	37	1	2
Itaú Unibanco S.A.	19	37	1	2
Clientes	20	35	121	76
Partes Relacionadas de Controladas (*)	20	35	121	76
Prestação de Serviços/Aluguéis	(9)	-	(6)	(2)
Itaú Corretora S.A.	-	-	(3)	(1)
Itaú Unibanco S.A.	(9)	-	(3)	(1)
Total	30	72	116	76

(*) Referem-se à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. e Fer. S.A. e Fibria Celulose, além de custos com arrendamento rural com a Ligna Florestal Ltda.

Em 30 de setembro de 2018 e 2017 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	30/09/2018	31/12/2017
Duratex S.A.	82	104
Elekeiroz S.A.	-	102
Itautec S.A.	46	44
Total	128	250

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da ITAÚSA e de suas controladas foi:

	01/01 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2017
Remuneração	22	38
Participações no Lucro	25	11
Opções de Ações	2	3
Total	49	52

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 904 (R\$ 71 em 31/12/2017), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge econômico*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de *SWAP* US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *SWAP* Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *NDF (Non Deliverable Forward)*: esse tipo de operação tem o objetivo de zerar a exposição cambial. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (*NDF*) e a taxa de câmbio do fim do período (*Ptax*);
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *SWAP*.

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	30/09/2018	30/09/2018	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	36	50	(9)
Posição Ativa	740	788	50	(9)
Moeda Estrangeira (USD)	355	408	50	-
Taxa Pré-Fixada	385	380	-	(9)
Posição Passiva	(740)	(752)	-	-
CDI	(740)	(752)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	195	194	-	(1)
Compromisso de Venda	195	194	-	(1)
NDF	195	194	-	(1)

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2017	31/12/2017	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	16	17	-
Posição Ativa	634	659	17	-
Moeda Estrangeira (USD)	614	639	17	-
Taxa Pré-Fixada	20	20	-	-
Posição Passiva	(634)	(643)	-	-
CDI	(634)	(643)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	102	102	-	-
Compromisso de Venda	102	102	-	-
NDF	102	102	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações contábeis.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da B3 / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Cambial	Swap - US\$ / CDI (Res. 4131)	Queda US\$	9	(102)	(212)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	(9)	102	212
	NDF (US\$)	Queda US\$	-	49	98
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	-	(49)	(98)
Total			-	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

30/09/2018	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	755	1.473	1.588	404
Fornecedores e Outras Obrigações	805	1	-	29
Total	1.560	1.474	1.588	433

31/12/2017	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	1.050	1.710	1.188	808
Fornecedores e Outras Obrigações	365	-	245	32
Total	1.415	1.710	1.433	840

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	30/09/2018	31/12/2017
Ativos		5.346	4.806
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	141	84
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	2.113	1.134
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	3	986	995
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	2	-	444
Clientes	2	1.303	1.091
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	36	630
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	96	99
Outros Ativos Financeiros	2	671	329
Passivos		5.360	6.775
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	4.220	4.756
Fornecedores / Outras Obrigações	2	835	642
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	305	1.377

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial individual em 30 de setembro de 2018, e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre e o período de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Revisamos também as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre e o período de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de setembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findos nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 30 de setembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para os períodos de três e nove meses findos nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Revisamos também as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de novembro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.** procederam ao exame das demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30.09.2018, que foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”), na qualidade de auditores independentes.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório de revisão sem ressalvas emitido pela PwC, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período. São Paulo (SP), 12 de novembro de 2018. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Flávio César Maia Luz, Guilherme Tadeu Pereira Júnior, José Maria Rabelo e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2018

DATA, HORA E LOCAL: em 12 de novembro de 2018, às 13:00 horas, na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, Sala 501 em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: após exame das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, individuais e consolidadas, referentes ao 3º trimestre de 2018, que foram objeto de recomendação favorável da Comissão de Finanças, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, alterada, declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório de revisão sem ressalvas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, individuais e consolidadas, relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2018.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 12 de novembro de 2018. (aa) Alfredo Egydio Setubal - Diretor Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Diretores Vice-Presidentes.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores